

2014

Relatório e Contas

INDICE

1.	RELATÓRIO DE GESTÃO	3
	1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
	1.2 ECONOMIA PORTUGUESA	(
	1.3 MERCADO DE CAPITAIS	7
	1.4 MERCADO IMOBILIÁRIO	و
	1.5 MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES	10
	1.6 A ATIVIDADE DA CGD PENSÕES, S.A	11
	1.7 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	12
	1.8 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO	12
	1.9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	
	1.10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS	15
2	RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE	42
	2.1 AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO	42
	2.2 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO	45
	2.3 PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO	46
	2.4 TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	49
	2.5 MODELO SOCIETÁRIO	50
	2.6 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	52
	2.7 SISTEMA DE CONTROLO	52
	2.8 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE	53
	2.9 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	53
	2.10 NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE	53
	ANEXO I – CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS	54
	ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃO SOCIAIS	58
3	RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	59
4	DEL ATÓDIO E DADECED DO EISCAL ÚNICO	62

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Secretário Dr. Hernâni da Costa Loureiro

Secretário Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Vice-Presidente Dr. Henrique Pereira Melo

Vogal Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Vogal Dr.ª Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

Vogal Sr. José João Castro Avelar Froes

Órgão de Fiscalização (Fiscal Único)

Efetivo Deloitte & Associados, SROC, SA, representada pelo

Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Suplente Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Comissão de Vencimentos

Membro Dr. Vitor José Lilaia da Silva

Membro Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

ESTRUTURA ACIONISTA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentora da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A..

= Al

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Internacional

Segundo as estimativas intercalares de janeiro divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2014, a economia mundial terá crescido a um ritmo idêntico ao do ano anterior, 3,3%. A evolução do crescimento não foi, uma vez mais, homogénea entre as principais regiões e economias. Enquanto, por exemplo, nos EUA e no Reino Unido a atividade ganhou intensidade ao longo de 2014, assente sobretudo na procura interna, na Área Euro, embora a economia tenha voltado a crescer após dois anos de contração, o ritmo de atividade permaneceu modesto.

Apesar da notória exceção da Reserva Federal norte-americana, a qual, conforme planeado, finalizou em outubro o seu programa de compra de ativos, a tendência dominante foi de adição de novos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais. O avolumar das preocupações com os níveis muito baixos da inflação e a necessidade de incentivar a concessão de crédito para induzir maior crescimento económico, constituiu as principais razões para as medidas tomadas. Estas traduziram-se na descida de taxas de juro e no uso de instrumentos não convencionais, como a compra de ativos.

INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

Taxas de variação (em %)

Taxas (em %)

		PIB		Inflação (b)		Desemprego (b)	
		2013	2014	2013	2014	2013	2014
União Europeia (a)		0,0	1,3	1,5	0,6	10,8	10,3
 Área 	a do Euro	-0,5	8,0	1,4	0,4	12,0	11,6
 Aler 	nanha	0,1	1,5	1,6	0,8	5,2	5,0
 Fran 	nça	0,3	0,4	1,0	0,6	10,3	10,3
• Reir	no Unido	1,7	2,6	2,6	1,5	7,6	6,3
• Esp	anha	-1,2	1,4	1,5	-0,2	26,1	24,3
• Itália	Э	-1,9	-0,5	1,3	0,2	12,2	12,8
EUA		2,2	2,4	1,5	2,0	7,4	6,3
Japão		1,6	0,1	0,4	2,7	4,0	3,7
Rússia		1,3	0,2	6,8	7,4	5,6	5,6
China		7,7	7,4	2,6	2,3	4,1	4,1
Índia		5,0	5,6	9,5	7,8	n.d.	n.d.
Brasil		2,5	0,3	6,2	6,3	5,4	5,5

FMI: World Economic Outlook - Update - janeiro de 2015

(a) Comissão Europeia: European Economic Forecast - fevereiro de 2015

(b) FMI: World Economic Outlook - outubro de 2014 (para os países não membros da UE)

Outros fatores que mereceram a atenção dos agentes económicos e dos mercados financeiros ao longo do ano tiveram origem em acontecimentos de ordem geopolítica. Neste âmbito, duas crises se destacaram, a primeira entre a Ucrânia e a Rússia, a segunda decorrente dos avanços de grupos radicais no Iraque e na Síria. A outro nível, salienta-se a realização de eleições antecipadas no Japão, na sequência da decisão de postecipar a nova subida do IVA, das quais resultou a recondução do Primeiro-Ministro, Shinzo Abe.

Nos EUA, após um início de ano marcado pelo impacto negativo das condições climatéricas adversas, que levaram o PIB a registar o primeiro trimestre de contração dos últimos três anos, os indicadores económicos recuperaram de forma assinalável a partir da primavera. E nos dois trimestres seguintes assistiu-se, inclusive, ao período de maior crescimento da última década, o qual se cifrou em 4,6% e 5,0%, em cadeia e anualizado, em cada um dos trimestres, respetivamente.

No Japão, em consequência do aumento do IVA, a economia japonesa voltou a cair em recessão técnica, o que levou, como referido, à convocação de eleições antecipadas e à adoção de novas medidas de estímulo por parte do banco central, num ano em que a inflação registou o segundo ano consecutivo de variação positiva, algo a que já não se assistia desde 2008.

As economias emergentes denotaram um novo abrandamento, apesar de manterem um nível de crescimento superior ao verificado nos países desenvolvidos. Condições menos favoráveis, quer de natureza cíclica, quer de natureza estrutural, ditaram esse arrefecimento.Os países mais dependentes da exportação de matérias-primas foram particularmente afetados pela evolução negativa dos preços das mesmas.

No bloco asiático, onde o crescimento continua a ser mais forte, a China obteve uma expansão de 7,4%, ainda assim o valor mais baixo dos últimos 24 anos. Por seu turno, o Brasil, principal economia da América Latina, registou uma recessão técnica durante o primeiro semestre; não obstante, e em consequência dos níveis elevados de inflação, o Banco Central do Brasil manteve o processo de aumentos da taxa diretora, que encerrou o ano em 11,75%. Na Rússia, o ano foi marcado por uma elevada incerteza, decorrente da queda do preço do petróleo e do abrandamento da atividade induzido pelas sanções económicas impostas ao país, o rublo registou nesse período uma depreciação de 79,8% face ao dólar, tendo o Banco Central da Rússia sido obrigado a decretar aumentos da taxa diretora em cinco ocasiões, a qual encerrou o ano em 17%.

Os níveis de desemprego a nível global permanecem, em termos históricos, ainda muito elevados, apesar de terem registado de uma forma geral uma redução. A pressão sobre o crescimento dos salários manteve-se, desta forma, muito contida, o que, em conjunto com a queda do preço das matérias-primas, sobretudo do petróleo no segundo semestre do ano, levou a uma descida dos níveis de inflação em diversos países desenvolvidos.

Europa

De acordo com as Estimativas do Outono da Comissão Europeia, a atividade na Área Euro terá crescido 0,8% em termos anuais, primordialmente devido ao contributo da procura doméstica. Nos principais Estados Membros registaram-se taxas de crescimento positivas, com exceção da Itália. O desempenho das economias sob pressão foi também positivo, destacando-se a recuperação da Irlanda e, em menor magnitude, de Espanha.

O Euro registou em 2014 um ano de depreciação face à generalidade das moedas, fruto do reforço do caráter expansionista da política monetária na Área Euro, decorrente da conjuntura de descida da inflação para valores considerados muito baixos, e manutenção de um ritmo de crescimento lento.

TAXAS DE CÂMBIO DO EURO

Valores médios mensais

	USD	GBP	JPY
Dezembro de 2011	1,3179	0,8441	102,55
Dezembro de 2012	1,3120	0,8130	110,02
Dezembro de 2013	1,3704	0,8364	141,68
Dezembro de 2014	1,2330	0,7880	147,06

J July

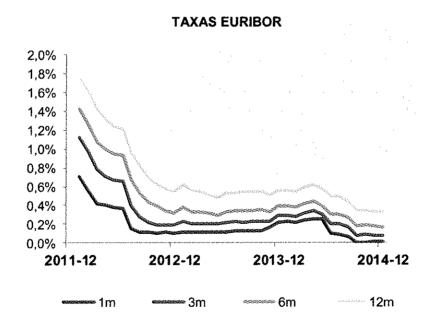
A moeda única perdeu 10,0% face ao dólar norte-americano, fruto da atuação divergente dos respetivos bancos centrais, com a Fed a concluir do programa de aquisição de ativos, enquanto o BCE reforçava os estímulos monetários. Contra o iene, o euro apreciou pelo terceiro ano consecutivo, desta feita de 3,8%, tendo, no final do ano, alcançado o valor mais elevado em mais de seis anos (144,85 ienes por euro).

O desemprego na região registou uma ligeira redução em 2014, após dois anos consecutivos de aumento. A taxa de desemprego média, até novembro, fixou-se em 11,6%, menos 0,4 pontos percentuais do que o registado em 2013.

Na Área Euro, a evolução dos preços acentuou os receios de um prolongado período de inflação muito baixa ou mesmo de deflação O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma variação média de 0,4%, um ponto percentual abaixo do verificado em 2013, apenas superior ao valor observado em 2009, quando a referida taxa média foi de 0,3%.

O Banco Central Europeu (BCE) revelou-se particularmente ativo ao longo do ano. A evolução da conjuntura levou a que decidisse reduções das taxas de referência, em junho e em setembro, tendo fixado, pela primeira vez na história, a taxa de depósito em terreno negativo. Adicionalmente, anunciou novas Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas, com o propósito de incentivar a disponibilização de crédito bancário às empresas não financeiras e às famílias, e ainda dois programas de compra de títulos de dívida em mercado secundário.

As taxas de juro praticadas desceram em 2014, em sintonia com o comportamento das taxas Euribor e com a redução dos custos de financiamento das instituições financeiras nos mercados de capitais.



Os progressos efetuados no que concerne à União Bancária, nomeadamente o entendimento alcançado no Parlamento Europeu e no Conselho Europeu no que respeita ao Mecanismo Único de Resolução, e a conclusão do processo de análise da qualidade dos ativos (Asset Quality Review) e do teste de stress, no âmbito da assunção pelo BCE das suas competências ao nível do Mecanismo Único de Supervisão, foram fatores adicionais na contínua melhoria do sentimento na região.

XW .

a/ #/

1.2 ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa registou em 2014, segundo as projeções divulgadas pelo Banco de Portugal no seu Boletim Económico de dezembro de 2014, um crescimento positivo, o que sucedeu pela primeira vez em quatro anos. Esta evolução ficou a dever-se ao comportamento da procura interna, dado que, diferentemente do verificado no passado recente, o contributo do comércio externo para o PIB em 2014 foi negativo, uma vez que o aumento das importações suplantou o das exportações.

De acordo com o banco central, em 2014 as exportações interromperam a tendência de aumento de quota que se observou durante os três anos anteriores, uma evolução que foi, contudo, significativamente afetada pela componente dos bens energéticos, refletindo o encerramento prolongado de uma unidade de refinação durante o primeiro trimestre do ano.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

taxas de variação homóloga em %

	2012	2013	ZU14 (a)
Produto Interno Bruto)	-3,3	-1,4	0,9
Consumo privado	-5,2	-1,4	-1,8
Consumo público	-4,3	-1,9	-0,6
FBCF	-15,0	-6,3	1,5
Procura Interna (b)	-6,9	-2,4	1,4
Exportações	3,1	6,4	3,7
Importações	-6,6	3,6	4,7
Taxa de Inflação (IHPC)	2,8	0,3	-0,3
Rácios			
Taxa de desemprego	15,8	16,4	14,1
Défice do SPA (em % do PIB)	-5,5	-4,9	-4,8
Dívida Pública (em % do PIB)	124,8	128,0	127,2

Fonte: INE

(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2015 - outubro de 2014, exceto quando identificados (*)

(b) Contributo para o crescimento do PIB (pontos percentuais)

Na frente orçamental continuaram os esforços no sentido de redução do défice que se estima que se tenha situado abaixo da meta definida pelo Governo. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, o crescimento da receita fiscal acima do esperado acompanhado por um decréscimo da despesa pública.

Em sintonia com o verificado na generalidade dos países da Área do Euro, o índice de preços português decresceu visivelmente registando, em 2014, uma taxa de variação média de -0,3%, após 0,3% em 2013.

Em 2014 a taxa de desemprego desceu nos três primeiros trimestres de 2014, altura em que atingiu 13,1%, o registo mais baixo em 4 anos, sendo a população desempregada de 688,9 mil indivíduos, o que representa um decréscimo de 16% face a igual trimestre de 2013.

Em maio, Portugal concluiu com sucesso o Programa de Assistência Económica e Financeira sem que tenha sido considerado necessário qualquer conjunto de medidas de natureza cautelar.

Ju.

£ 6

1.3 MERCADO DE CAPITAIS

Em 2014 o desempenho dos mercados de capitais foi, uma vez mais, pautado em grande medida pela atuação dos bancos centrais, numa conjuntura de gradual melhoria das economias desenvolvidas, sobretudo dos EUA, e moderação das economias emergentes mais relevantes.

A queda da cotação de diversas matérias-primas, em particular do preço do petróleo no segundo semestre de 2014, teve um impacto negativo nos países exportadores destes bens, mas constituiu um fator adicional de suporte ao crescimento dos países importadores.

Os mercados de capitais foram ainda pontualmente condicionados, em 2014, por fatores de ordem geopolítica, com destaque para o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e a contínua instabilidade na região do Médio Oriente.

Mercado Acionista

Em 2014, os principais índices acionistas registaram valorizações, embora menores do que em 2013. Apesar de, genericamente, se ter assistido a novos estímulos monetários e a resultados empresariais favoráveis, os principais índices de ações registaram ao longo do ano correções pontuais, que contribuíram para que o índice global da Morgan Stanley tivesse registado um ganho de apenas 2,9%, valorização inferior aos 24,1% de 2013.

ÍNDICES BOLSISTAS

	2013		20	14
	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova lorque)	16.576,7	7,3%	17.823,1	7,5%
Nasdaq (Nova lorque)	4.176,6	15,9%	4.736,1	13,4%
FTSE (Londres)	6.749,1	5,8%	6.566,1	-2,7%
NIKKEI (Tóquio)	16.291,3	21,0%	17.450,8	7,1%
CAC (Paris)	4.296,0	15,2%	4.272,8	-0,5%
DAX (Frankfurt)	9.552,2	29,1%	9.805,6	2,7%
IBEX (Madrid)	9.916,7	-4,7%	10.279,5	3,7%
PSI-20 (Lisboa	6.558,9	2,9%	4.799,0	-26,8%

A primeira fase de correção aconteceu logo no final de janeiro, motivada por receios associados à redução dos estímulos monetários pela Federal Reserve e ao abrandamento económico da China. No início de agosto, uma nova correção foi despoletada pela tensão entre a Rússia e a Ucrânia, intensificada pela incerteza quanto ao impacto da forte queda do preço do petróleo nalgumas economias e por sinais de um novo enfraquecimento da Área Euro. Perto do final do ano, o mercado registou um novo período de queda, devido ao reaparecimento de incertezas políticas na Grécia, e pelo acentuar da queda do preço das matérias-primas.

Em 2014, o mercado bolsista dos EUA obteve o sexto ano consecutivo de valorização, com os principais índices a encerrar o ano perto de máximos históricos. O índice de referência S&P500 valorizou 11,4%, enquanto que o índice tecnológico NASDAQ averbou a terceira valorização anual consecutiva subindo 13,4% e encerrando acima 4700 pontos, o registo mais elevado desde 2000.

7

13,7% do iene face ao dólar terá contribuído para este comportamento.

Na Europa, o comportamento do mercado de ações foi particularmente diverso. A praça irlandesa destacou-se positivamente, com um ganho de 15,1%. Substancialmente mais modestos foram os ganhos de 3,7% e de 2,7% do IBEX espanhol e do DAX alemão que permitiram leituras dos mesmos acima dos 10 000 pontos e dos 9 800 pontos, respetivamente, num ano em que a bolsa italiana não registou qualquer variação e o índice francês caiu marginalmente, -0,5%.

Pela negativa, destacou-se o PSI20 português, o qual, após ter estado a ganhar 18% no início de abril, encerrou o ano a cair 26,8%, tendo registado a nível mundial um dos piores resultados. O comportamento evidenciado pelo índice português correspondeu ao terceiro pior desempenho da sua história, afetado, em especial, pela situação do GES e pela PT SGPS.

Também o desempenho dos mercados acionistas emergentes foi heterogêneo. Pela negativa, para além da forte queda do mercado russo, -45,2%, salientou-se o índice Bovespa brasileiro, que caiu 2,9%, neste caso pelo segundo ano sucessivo. Pela positiva, destaque para as valorizações de 29,9% e de 52,9% dos mercados da Índia (Sensex) e da China (Shangai). O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes averbou em 2014 uma queda de 4,6%.

Mercado Obrigacionista

Em 2014, as taxas de rendibilidade da dívida soberana registaram uma forte redução na Europa. No caso da Alemanha, referencial para a região, a diminuição esteve associada à descida da inflação na Área Euro e às intervenções do Banco Central Europeu. Na periferia europeia, a tendência de queda de taxas em 2014, já patente no ano anterior, foi acentuada, tendo os *spreads* face à Alemanha registado um estreitamento significativo. A Grécia foi uma exceção, já que as taxas sofreram uma subida no ano transato.

A evolução favorável do prémio de risco dos emitentes periféricos foi consistente ao longo do ano, beneficiando de uma conjuntura de regresso do crescimento económico e do suporte providenciado pelo Banco Central Europeu, e também pela redução dos desequilíbrios das contas públicas e das contas externas, bem como do reforço dos mecanismos de governação europeus, destacando-se neste âmbito, o entendimento alcançado no Parlamento Europeu e no Conselho Europeu em matéria de União Bancária.

As *yields* dos prazos mais longos dos EUA voltaram a descer em 2014, movimento que se deveu, por um lado, à descida das expetativas de inflação, associada à queda acentuada do preço do petróleo no segundo semestre e à postura paciente da Reserva Federal na transição para um ciclo de subida de taxas diretoras.

No cômputo anual, a taxa a 10 anos norte americana registou uma descida de 85,7 p.b., encerrando a 2,17%. Na Alemanha, a taxa para aquela maturidade desceu 138,8 p.b. para um mínimo histórico de 0,54%. Na periferia europeia, Portugal foi o país que obteve a maior redução da sua taxa a 10 anos, com uma queda de 344 p.b. para 2,69%. Do mesmo modo, a Itália e a Espanha também obtiveram descidas assinaláveis de, respetivamente, 224 p.b. para 1,89% e 254 p.b. para 1,61%. Em todos os casos atingiram os níveis mais reduzidos de sempre.

O mercado primário de dívida, por seu lado, superou as expetativas e registou um acréscimo do volume de emissões, quer de emitentes financeiros quer de não financeiros. Em particular, no segmento de não financeiras registou-se um acréscimo anual do volume de emissões de +33,3% face ao ano precedente.

I An ON 8

1.4 MERCADO IMOBILIÁRIO

Em Portugal, as restrições e incertezas de carácter orçamental colocaram à prova a capacidade de gestão das organizações que atuam na área imobiliária. As mudanças aceleradas e constantes observadas no setor impuseram uma crescente necessidade de adaptação a realidades extremamente desafiantes.

Após alguns anos de diminuição nos volumes de procura, o mercado de Escritórios da grande Lisboa registou uma subida dos montantes negociados. A retoma da procura, assim como as quebras continuadas de nova oferta ao longo dos últimos anos, contribuíram para a diminuição da vacancy rate, que encerrou o ano com 11,9%. O otimismo do mercado de escritórios é corroborado pelos valores das rendas, designadamente pela correção em alta da renda prime na Zona do CBD, que subju 50 cêntimos face ao ano anterior, situando-se nos € 19 m2/mês.

O aumento de operações concretizadas no mercado Industrial contribuiu para uma recuperação ligeira, acompanhada de uma perceção positiva gradual por parte dos diferentes operadores. Ainda assim, os níveis reduzidos de procura dos últimos anos têm contribuído para o aumento da oferta e, por conseguinte, uma quebra das rendas. Perante um desenvolvimento diminuto de novas construções, a oferta de armazéns de qualidade apresentou sinais de escassez, apenas contrariada por pequenas operações pontuais resultantes de ocupações próprias.

O segmento Residencial, com exceção das vendas realizadas no âmbito do programa Golden Visa — cujas características, pecuniária e geográfica, o circunscrevem a um número de operações ainda muito limitado — continuou a ser marcado pela conjugação de cortes significativos no rendimento das famílias e por um acesso ao crédito que se manteve restrito e dispendioso.

O novo ciclo iniciado pelo setor de Retalho de rua, ainda que muito delimitado a zonas específicas, foi um claro sinal do crescente interesse dos operadores por este formato. Face à escassez de oferta, as rendas prime registaram um crescimento moderado.

O aumento registado no volume de investimento em ativos de rendimento veio confirmar que a taxa de rendibilidade se manteve elevada quando comparada com outros mercados, designadamente europeus. Este facto atraiu capital internacional dos mais diversos pontos do globo, revelando uma elevada heterogeneidade de investidores interessados em Portugal. O aumento da procura provocou uma compressão nas yields que incidiu inicialmente apenas nos setores de escritórios e retalho high street, estendendo-se durante o segundo semestre aos restantes segmentos, com exceção apenas dos retail parks. Importa ainda assinalar o crescente interesse de investidores estrangeiros na reabilitação de imóveis no centro de Lisboa e Porto, para a promoção de uso residencial ou hoteleiro.

Para 2015, em termos globais, as previsões apontam para um crescimento generalizado do setor, suportado pela solidez dos fundamentais subjacentes, pela persistência de um contexto de taxas de juro relativamente baixas e pelas políticas acomodatícias dos bancos centrais.

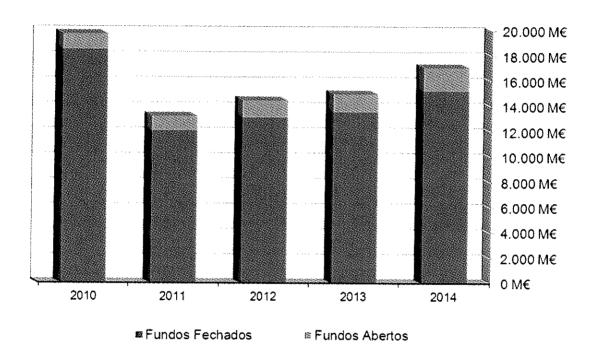
Xv.

1.5 MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor sob gestão dos fundos de pensões ascendia a 17 078 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 12,7% relativamente ao final do ano anterior.

Os montante do fundos de pensões abertos aumentou 30,3% para 1851 milhões de euros, enquanto que os fundos fechados aumentaram 12,4% para 15.227 milhões de euros, continuando a dominar o mercado dos fundos de pensões com uma parcela de 89,1% do total.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal - Departamento de Estatística e Controlo de Informação, Nota de 13/1/2015

Durante o ano de 2014 extinguiram-se cinco fundos de pensões fechados, dos quais um foi liquidado e quatro transferidos para fundos já existentes. No mesmo período assistiu-se à constituição de cinco fundos de pensões, dos quais três fechados e dois abertos. Destes movimentos resultou que o número de fundos sob gestão se manteve em 224, como no ano anterior, dos quais 146 são fundos fechados.

No final de 2014, o mercado estava representado por 11 sociedades gestoras e por 11 empresas de seguros. As cinco maiores sociedades concentravam de 80% do volume total de montantes geridos, ocupando a CGD Pensões o segundo lugar no ranking por montante, com uma quota de 18,0%.

1.6 A ATIVIDADE DA CGD PENSÕES, S.A.

Comercial

O valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões, em 31 de Dezembro de 2014, ascendia a 3.171,5 milhões de euros (M€), representando um crescimento de 28,7 %, face ao valor gerido no final do ano anterior.

A Sociedade prosseguiu o projeto conducente à dinamização da celebração de adesões individuais e coletivas aos três fundos de pensões abertos "Caixa Reforma" através da rede comercial da CGD, verificando-se um crescimento significativo do número de subscrições. O valor dos fundos de pensões abertos aumentou 166%, atingindo os 429,5 milhões de euros, com especial destaque para o fundo Caixa Reforma Prudente, que registou uma variação homóloga de 241%.

As subscrições efetuadas durante o ano atingiram o valor de 278,1 M€, das quais 4,9 M€ resultaram de transferências. Os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos, realizados na sua larga maioria por participantes com direito a pensão de reforma, ascenderam a 11,3 M€, dos quais 3,3 M€ corresponderam a transferências para outros fundos de pensões.

Para além das adesões individuais celebradas nos fundos de pensões abertos, comercializados na rede CGD, encontravam-se ainda sob gestão: 26 adesões coletivas ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Ativa; 12 adesões ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Valor e 16 adesões ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente, num total de 60.

Para alcançar os objetivos a que se propôs, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível da rede comercial da CGD e da área comercial da Caixa Gestão de Ativos.

A CGD Pensões terminou o ano de 2014 tendo sob gestão dezassete fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos.

Financeira

Em 2014, as Comissões da CGD Pensões aumentaram para 4,5 M€, o que representou um aumento de 40,4% relativamente ao ano anterior. Quanto aos Custos de Estrutura registaram um decréscimo de 6,96% face ao período homólogo, situando-se em 989 mil euros em 2014. Deste modo, o Resultado Líquido do Exercício aumentou 51,5% face ao ano anterior, cifrando-se em 1.347.182 euros.

SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2013	2014	Variação		
Ativo líquido	5 645	6 416	+13,7%		
Capitais próprios	4 675	5 132	+ 9,8%		
Distribuição de Dividendos e Reservas	607	889	+ 46,6%		
Resultado líquido	889	1 347	+51,5%		
Capital social	3 000	3 000			

Ju de a

1.7 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A área de gestão dos sistemas de informação consolidou, durante o ano de 2014, os processos de negócio através da melhoria das atividades de gestão de informação e de gestão tecnológica.

Foi dada continuidade à atualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente:

- Aos sistemas de valorização dos fundos de pensões;
- Ao sistema de front office para a gestão de ativos mobiliários;
- Ao sistema de gestão de contribuições e participantes dos fundos de pensões;
- Ao sistema de apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas;
- Ao programa de contabilidade e gestão de pessoal;
- Na consolidação da plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de gestão de valores mobiliários, valorização, reporte legal e disponibiliza informação para a gestão dos fundos de pensões.

1.8 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração considera fundamental que a Sociedade e os Fundos que administra e gere possuam um sistema de controlo interno adequado e eficaz.

A Sociedade tem vindo, ao longo dos últimos anos, a solidificar os três pilares essenciais ao Sistema de Controlo Interno, designadamente o Compliance, a Gestão de Risco e a Auditoria Interna. Para tal tem procurado, através da implementação de diversos projetos, que abrangem de forma transversal todos os órgãos de estrutura da organização, robustecer os mecanismos de controlo e eliminar os constrangimentos que vão surgindo.

A sociedade define o sistema de controlo interno como o conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, e ainda as ações desenvolvidas por este Conselho e todos os colaboradores, por forma a assegurar:

- O desempenho eficiente e rentável, no médio e longo prazo, da atividade através de uma utilização eficaz dos ativos e recursos;
- O efetivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares a que se encontra sujeita;
- A apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a estabilidade e sobrevivência da sociedade;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- A existência de informação financeira e de gestão completa e fiável.

Para atingir estes objetivos a Sociedade tem uma estrutura organizacional bem definida com competências e responsabilidades adequadas ao bom desempenho das atividades exercidas. O Conselho de Administração tem fomentado, ao longo do tempo, uma cultura e um ambiente de controlo adequados, assegurando um vasto conjunto de procedimentos de controlo, mecanismo de avaliação, bem como um efetivo processo de monitorização.

O Conselho de Administração tem vindo a eleger o Código de Conduta como uma ferramenta fundamental para a concretização desta missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob as orientações determinadas dentro de todo o Grupo CGD.

1.9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto da CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. relativo ao ano de 2014, no valor de 1.347.182,72 euros (um milhão trezentos e quarenta e sete mil, cento e oitenta e dois euros e setenta e dois cêntimos) seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a reserva legal já se encontra integralmente constituída.

Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pelo acompanhamento da evolução dos fundos e das sociedades;
- Aos membros da Assembleia-geral e das entidades revisoras de contas das sociedades e dos fundos, pelo empenhamento colocado na sua atuação fiscalizadora;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, a quem de dedica uma palavra de apreço;
- Às estruturas centrais do Grupo CGD, designadamente às estruturas de apoio às participadas, marketing, gestão de produtos, gestão de risco, gestão de pessoal, assessoria jurídica, controlo de gestão, compliance, informática e auditoria interna, de quem se recebeu empenhada colaboração;
- Aos colaboradores de todas as empresas da Caixa Gestão de Ativos, a cuja competência, dedicação e espírito de serviço, se devem parte importante dos resultados alcançados;
- Ao Acionista Único, pelo seu apoio permanente e acompanhamento da atividade da Sociedade.

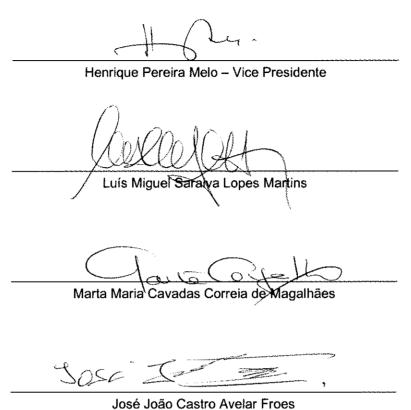
Lisboa, 2 de Fevereiro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria - Presidente

Ju S

13 H



1.10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

A TIV (O

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2014	2013
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	428	3.450
Ativos intangíveis	6	_	_
Outros ativos financeiros	7	854.574	982.283
Total do ativo não corrente		855.002	985.733
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	308.326	120.440
Outras contas a receber	10	1.419.580	939.677
Diferimentos	11	16.973	16.360
Outros ativos financeiros	7	3.659.742	3.235.683
Caixa e depósitos bancários	4	156.432	346.634
Total do ativo corrente		5.561.053	4.658.794
Total do ativo		6.416.055	5.644.527
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2014	2013
CAPITAL PRÓPRIO:			
	12	3.000.000	3.000.000
Capital realizado Reservas legais	12	785.276	785.277
Resultado líquido do exercício	12	1.347.183	889.435
Total do capital próprio	12	5.132.459	4.674.712
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	8	_	4.073
Total do passivo não corrente	v		4.073
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	368.996	286.390
Estado e outros entes públicos	8	479.902	193.307
Outras contas a pagar	14	434.698	486.045
Total do passívo corrente		1.283.596	965.742
Total do passivo		1.283.596	969.815
Total do capital próprio e do passivo		6.416.055	5.644.527
pubblifo			

June J

18 ×

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montante:	
s expres	
em	
Euros)	

Imposto sobre o rendimento do exercício Resultado líquido do exercício	Juros e rendimentos similares obtidos Juros e gastos similares suportados Resultado antes de impostos	Gastos de depreciação e de amortização Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	Outros gastos e perdas Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	Outros rendimentos e ganhos	Gastos com o pessoal Aumentos / (reducões) de justo valor	Serviços prestados Fornecimentos e serviços externos	RENDIMENTOS E GASTOS
œ	20 21	5 e 6	19	18	17	15 16	Notas
(460.000) 1.347.183	13.537 (4) 1.807.183	(3.022) 1.793.650	(153.947) 1.796.672	5.343	(438.330)	4.535.871 (2.044.415)	2014
(325.226) 889.435	3.187 (2) 1.214.661	(4.069) 1.211.476	(42.328) 1.215.545	(64.836) 4.836	(439.078)	3.210.572 (1.453.621)	2013
£							

Resultado por ação

24

2,25

1,48

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

caloos elu ou de perellipio de 7014	Galdon om 34 do Dorombro do 2014	Outros	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos	Aplicação dos resultados do exercício anterior:	Saldos em 31 de Dezembro de 2013	Outros	Resultado líquido do exercício	Transferência para reservas legais	Distribuição de dividendos	Aplicação dos resultados do exercício anterior:	Saldos em 31 de Dezembro de 2012	
3.000.000		,	1			3.000.000	1	•	•	1		3.000.000	Capital
/85.2/6	701 010	(1)	1	ı		785.277		1	67.418	1		717.858	Reservas legais
1.347.183		1	1.347.183	(889.435)		889.435	ì	889.435	(67.418)	(606.765)		674.183	Resultado líquido do exercício
5.132.459		(1)	1.347.183	(889.435)		4.674.712		889.435	ı	(606.765)		4.392.041	Total do capital próprio

---**:**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	20)14	2013		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes Pagamentos a fornecedores Pagamentos de comissões de assessoria	3.875.876 (623.527)		3.083.605 (588.328)		
financeira Pagamentos de comissões de comercialização Pagamentos ao pessoal	(584.581) (831.637) (275.021)	_	(377.665) (375.541) (297.535)		
Caixa gerada pelas operações	1.561.110		1.444.536		
Pagamento do imposto sobre o rendimento Outros (pagamentos) /	(259.325)		(202.809)		
recebimentos Fluxos das atividades operacionais [1]	(215.937)	1.085.848	(123.319)	1.118.408	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		1.300.070		1.110.100	
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros	(1.300.000)	(1.300.000)	(1.400.000)	(1.400.000)	
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis Investimentos financeiros Juros e rendimentos similares	900.065 13.575	913.640	115 625.036 3.139	628.290	
Fluxos das atividades de investimento	[2]	(386.360)		(771.710)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIA	MENTO:				
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos Juros e gastos similares Distribuição de dividendos e resultados transitados	(251) (4) (889.435)	(889.690)	(83) (2) (606.765)	(606.850)	
Fluxos das atividades de financiamento	[3]	(889.690)		(606.850)	
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3] Caixa e seus equivalentes no início do exercício Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		(190.202) 346.634 156.432		(260.152) 606.786 346.634	

+ /. H Q/

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por "CGD Pensões" ou "Sociedade") foi constituída em 14 de maio de 1992. A Sociedade tem como principal atividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de dezembro de 2014 pela gestão dos Fundos fechados das seguintes entidades (Associados):

	Data de	Data de início
Denominação	constituição	da gestão
Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Fundo CGD)	31-12-1991	30-09-1992
18,75% do Fundo de Pensões Gestnave (Fundo Gestnave)	01-10-1998	01-10-1998
Fundo de Pensões da Euronext Lisbon (Fundo Euronext Lisbon)	15-01-2000	15-01-2000
Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo Interbolsa)	27-12-2001	27-12-2001
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros (Fundo CPR)	31-12-1998	01-12-2002
Fundo de Pensões da Galp Energia (Fundo Galp Energia)	02-01-2003	02-01-2003
Fundo de Pensões Impresa Publishing e Associadas (Fundo Impresa Publishing e Associadas)	31-12-1987	01-01-2004
Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística (Fundo INE)	21-12-1999	01-04-2004
Fundo de Pensões CMVM (Fundo CMVM)	29-09-2000	01-01-2005
Fundo de Pensões Império – Bonança (Fundo Império - Bonança)	28-12-2005	30-12-2005
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Fundo SCML)	22-02-2008	22-02-2008
Fundo de Pensões Fidelidade (Fundo Fidelidade)	30-04-1999	01-01-2008
Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (Fundo Mundial - Confiança)	31-12-1997	01-01-2008
Fundo de Pensões Petrogal (Fundo Petrogal)	29-12-1988	23-04-2009
Fundo de Pensões S.T.E.T. (Fundo STET)	05-09-2003	01-01-2010
Fundo de Pensões Ramos Pinto (Fundo Ramos Pinto)	30-12-1987	01-01-2013
Fundo de Pensões PIR Fidelidade - Companhia de Seguros e Associadas (Fundo PIR Fidelidade)	31-12-2013	31-12-2013

O Fundo SCML é gerido, em cogestão, pela CGD Pensões – S.G.F.P, S.A., pela Futuro – S.G.F.P, S.A. e pela SGF – S.G.F.P, S.A., sendo a CGD Pensões a Sociedade Gestora líder.

Adicionalmente, na mesma data a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos abertos:

Den ominação co	Data de constituição
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Activa" (Fundo Caixa Reforma Activa) 1	13-12-2001
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Valor" (Fundo Caixa Reforma Valor) 0	02-12-2005
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Garantida 2022" (Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1	19-03-2007
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Prudente" (Fundo Caixa Reforma Prudente)	15-07-2008

Conforme indicado na Nota 12, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Grupo CGD). Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 25.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

J J (19

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas que constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e respetivas normas interpretativas em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos e passivos correntes e não correntes

Um ativo é classificado como "corrente" quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido, no decurso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Seja detido essencialmente com a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como "corrente" quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Sociedade;
- Exista essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos ativos:

Equipamento administrativo

Anos

3 a 10

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso que não sejam suscetiveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação ou o abate.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a software e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Sociedade estima a vida útil do software em três anos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos intangíveis encontram-se totalmente amortizados.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros:

(i) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros dizem integralmente respeito a unidades de participação em fundos de investimento e são mensurados ao justo valor, sendo as variações registadas na rubrica "Aumentos / (reduções) de justo valor", da demonstração dos resultados.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

As mais e menos-valias realizadas resultantes do resgate de unidades de participação são determinadas face ao valor de balanço no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido subscritas durante o exercício, por aplicação do critério de custeio FIFO. Neste sentido, os "Aumentos/(reduções) de justo valor correspondem à diferença entre o valor da unidade de participação à data de relato e o valor de balanço no final do ano anterior corrigido pelas subscrições ocorridas no ano, por aplicação do critério de custeio FIFO.

4

(ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados no ativo pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir esta é revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na mesma rubrica.

(iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A caixa e equivalentes de caixa encontram-se registados no ativo pelo seu valor nominal.

(iv) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados no passivo pelo seu valor nominal.

(v) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade:
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Ju

22

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se estabelece o direito da Sociedade a receber esse montante.

Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua atividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos, respetivamente, com o sequinte detalhe:

- Fundos Fechados:

	Comissão de gestão financeira			Comissão
Percentagem		Base de		sobre as
anual	Periodicidade	incidência		contribuições
0,100%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		-
		Valor de mercado da carteira do Fundo	•	
0,200%		< Eur 9.975.958		
0,180%	Trimestral	de Eur 9.975.958 a Eur 19.951.916		-
0,160%		> Eur 19.951.916		
0,200%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		0,30%
0,200%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		0,30%
0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		5,00%
0,300%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		0,30%/0,40%
0,450%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		0,30%
0,500%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		0,50%
0,125%	Trimestra!	Valor de mercado dos ativos do Fundo		Taxa ISP
0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		Dobro da taxa ISP
0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		0,15%
0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		Dobro da taxa ISP
0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		Dobro da taxa ISP
-	Trimestral	100.000 Euros por ano		-
0,01	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo		Taxa ISP
			5,0%	Até 4.987,98 Euros
		Mádia do valor do Evado no final do cada	3,0%	Nos seguintes 19.951,92 Euros
0.75%	0.75% Anual		2.0%	Nos seguintes 24.939,89 Euros
		um dos meses do año		Nos seguintes 199.519,16 Euros
			0.5%	Excesso sobre 249.398,95 Euros
0,300%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo		Dobro da taxa ISP
	anual 0,100% 0,200% 0,180% 0,160% 0,200% 0,150% 0,300% 0,450% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150% 0,150%	anual	anual Periodicidade incidência incidência 0,100% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo 0,200% Carteira do Fundo Carteira do Fundo 0,180% Trimestral de Eur 9,975,958 a Eur 19,951,916 0,180% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo 0,200% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo 0,200% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo 0,150% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo 0,300% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo 0,450% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo 0,500% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo 0,150% Trimestral Valor de mercado da carteira do Fundo	Anual

- Fundos Abertos:

			Comissão de gestão fina	nceira		
Fundo	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	Observações	Comissão de subscrição	Comissão de resgate
Fundo Caixa Reforma Activa	Máximo 3% ao ano	Trimestral	Valor liquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2014 e 2013 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Maximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Valor	Máximo 3% ao ano	Trimestral	Valor liquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2014 e 2013 ascendeu a 1,25%	Maximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	Máximo 3% ao ano	Anual	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2014 e 2013 ascendeu a 0,68%	Maximo 10% ao ano	Máximo 10% ao ano
Fundo Caixa Reforma Prudente	Máximo 1% ao ano	Trimestral	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2014 e 2013 ascendeu a 0,5%	Máximo 1% ao ano	Máximo 2% ao ano

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos "Fundo Caixa Reforma Activa", "Fundo Caixa Reforma Valor" e Fundo Caixa Reforma Prudente", a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização equivalente a 55% da comissão de gestão cobrada pela CGD Pensões a estes Fundos, deduzida das comissões cobradas às adesões coletivas. Esta comissão é registada na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" (Nota 16).

A Sociedade cobra ao Fundo SCML uma comissão de performance correspondente a 20% da diferença entre a rentabilidade da carteira gerida e a rentabilidade do *benchmark* em 31 de dezembro de cada ano, com um máximo correspondente ao dobro da comissão anual fixa. Esta comissão é registada na rubrica "Rédito — Serviços prestados" (Nota 15).

A Sociedade cobra ainda ao Fundo Galp Energia uma comissão anual de 80 euros por cada participante.

Ju I

A Sociedade deduz à comissão de gestão financeira cobrada aos Fundos Euronext e Interbolsa o montante anual de 2.500 euros e 1.000 euros, respetivamente.

3.8 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera que venham a estar em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas no final de cada exercício económico.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados para as diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Nos termos do Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de abril, sobre as contribuições dos Associados para os respetivos Fundos incide uma taxa da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual constitui encargo de cada Fundo. Não obstante, no que se refere aos Fundos Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Valor, Império - Bonança, CMVM, Galp Energia, Caixa Reforma Garantida 2022, Fidelidade,

Hu

2 Dd 2 2

Mundial – Confiança, Caixa Reforma Prudente e PIR Fidelidade, esta taxa é suportada pela Sociedade, sendo registada na rubrica de "Outros gastos e perdas - Impostos" (Nota 19).

3.10 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato financeiro sendo ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo os mesmos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.12 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Wy.

25

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação destas demonstrações financeiras foram os seguintes:

(i) Especialização de comissões a receber e a pagar

Os montantes relativos às especializações das comissões a receber e a pagar correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2014 sobre o montante a receber e a pagar em 2015.

(ii) Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerário	100	150
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	156.332	346.484
	gare side side side side side side side sid	
	156.432	346.634

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis dizem respeito a depósitos à ordem junto da CGD, os quais são remunerados à taxa Euribor a 1 mês deduzida de 0,2%.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

				2014			
		Saldos no início				Saldos no final	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor liquido	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	34.570	(31.120)	3.450	(3.022)	34.570	(34.142)	428
				2013			
	-	Saldos no início				Saldos no final	
	Valor	Amortizações	Valor	Amortizações	Valor	Amortizações	Valor
	bruto	acumuladas	líquido	do exercício	bruto	acumuladas	líquido
Equipamento administrativo	34.570	(28.098)	6.472	(3.022)	34.570	(31.120)	3.450

Hu L

J 94 V

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

				2014			
		Saldos no início	,			Saldos no final	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Vator Iíquido
Equipamento informático (software)	252.057	(252.057)	-	-	252.057	(252.057)	
				2013			
		Saldos no início	•			Saldos no final	
	Valor	Amortizações	Valor	Amortizações	Valor	Amortizações	Valor
	bruto	acumuladas	líquido	do exercício	bruto	acumuladas	líquido
Equipamento informático (software)	252.057	(251.010)	1.047	(1.047)	252.057	(252.057)	-

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica decompunha-se como segue:

		2014	
Títulos	Valor inicial	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
Ativos não correntes			
Unidades de participação em fundos			
de investimento imobiliários:			
. Logistica e Distribuição	605.737	484.957	(120.780)
. Maxirent	248.608	238.223	(10.385)
. Tishman Esof Sfeeder	118.108	121.831	3.723
. Lusimovest	9.830	9.563	(267)
	982,283	854.574	(127.709)
Ativos correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários:			
. Caixa Fundo Monetário	3.639.883	3.659.742	19.859
	4.622.166	4.514.316	(107.850)

		2013	
Títulos	Valor inicial	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
Ativos não correntes			
Unidades de participação em fundos			
de investimento imobiliários:			
. Logística e Distribuição	669.240	605.737	(63.503)
. Maxirent	296.235	248.608	(47.627)
. Tishman Esof Sfeeder	108.633	118.108	9.475
. Lusimovest	10.457	9.830	(627)
	1.084.565	982.283	(102.282)
Ativos correntes			
Unidades de participação em fundos			
de investimento mobiliários:			
. Caixa Fundo Monetário	3.198.237	3.235.683	37.446
	4.282.802	4.217.966	(64.836)

O valor inicial das unidades de participação corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido compradas ou alienadas ao longo do ano, ou ao seu valor de balanço em 31 de dezembro do ano anterior, no que se refere às unidades de participação adquiridas em exercícios anteriores.

No exercício de 2014, a Sociedade adquiriu 234.262 unidades de participação do Caixa Fundo Monetário pelo montante de 1.300.000 euros (255.613 unidades de participação pelo montante de 1.400.000 euros em 2013). No mesmo exercício alienou 162.206 unidades de participação daquele fundo pelo montante de 900.065 euros (113.960 unidades de participação pelo montante de 625.036 euros em 2013).

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Sociedade realizou mais-valias na alienação de investimentos financeiros nos montantes de 4.266 euros e 4.581 euros, respetivamente (Nota 18). Em 2014 e 2013, foram ainda recebidos rendimentos de unidades de participação nos montantes de 12.695 euros e 2.500 euros, respetivamente (Nota 20).

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e respetiva Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2014 e 2013 corresponde a 24,5% e 26,5%, respetivamente.

Até ao exercício de 2013, a Sociedade esteve sujeita a uma taxa de derrama adicional de 3%, aplicável ao lucro tributável que excedesse os 1.500.000 euros e de 5%, aplicável ao lucro tributável que excedesse os 10.000.000 euros. A partir do exercício de 2014, a Sociedade está sujeita a uma taxa de derrama adicional de 3%, aplicável ao lucro tributável compreendido entre os 1.500.000 euros e os 7.500.000 euros, de 5%, aplicável ao lucro tributável compreendido entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e de 7%, aplicável ao lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Adicionalmente, nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades, enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante Caixa

Ju 4

de dominante Caixa

Geral de Depósitos, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuados pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Para este efeito, o sujeito passivo deve adotar o método ou métodos suscetíveis de assegurar o mais elevado grau de comparabilidade entre as operações que efetua e outras substancialmente idênticas, em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais, nos termos previstos no referido preceito legal, devendo ainda manter organizada a documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência.

O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

O imposto sobre o rendimento contabilizado nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 encontra-se corrigido pelo efeito do registo de impostos diferidos, de acordo com o disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos diferidos passivos revertidos no ano:		
. Ajustamentos de transição para SNC	(4.073)	(4.073)
Imposto corrente	464.073	329.299
	460.000	325.226
	THE PARTY WITH THE PARTY STATE OF THE PARTY STATE O	=====

Os ajustamentos para menos-valias potenciais registados pela Sociedade até 31 de dezembro de 2009 não eram dedutíveis para efeitos fiscais. Com a adoção das NCRF, os investimentos financeiros passaram a ser registados pelo justo valor por contrapartida de resultados, sendo as variações de justo valor relevantes para o apuramento do lucro tributável. Conforme definido no nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei 159/2009, de 13 de Julho, o impacto da transição para as NCRF calculado com referência a 1 de janeiro de 2010 deve ser relevado para efeitos fiscais durante um período de 5 anos, com início em 2010.

A composição dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro 2013 pode ser demonstrada da seguinte forma:

Ajustamentos de transição para SNC Taxa de imposto	15.370 26,5%
	4.073

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como se segue:

£ (

JAX W

	2014		201	3
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		1.807.183		1.214.661
Imposto apurado com base na taxa nominal	24,50%	442.760	26,50%	321.885
Derrama estadual	0,53%	9.639	0,00%	_
Beneficios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	-0,02%	(289)	-0,02%	(300)
Tributação autónoma	0,45%	8.219	0,30%	3.641
Outros	-0,02%	(329)	0,00%	-
Imposto sobre o rendimento	25,45% _	460.000	26,78% _	325.226

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Estado e outros entes públicos" do passivo apresentava a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRC a pagar	464.073	178.583
Contribuições para a Segurança Social	8.128	7.860
Retenção de impostos sobre outros rendimentos	6.983	6.634
Imposto sobre o Valor Acrescentado	690	230
Outros	28	-
	And All the May 164-164, 164-164, 164-164, 164-164, 164-164, 164-164, 164-164, 164-164, 164-164, 164-164, 164-	
	479.902	193.307
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o IRC a pagar decompõe-se como segue:

	=====	
Imposto a pagar	464.073	178.583

Pagamentos por conta	-	(150.716)
Imposto corrente	464.073	329.299
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades, sendo os pagamentos por conta realizados pela entidade dominante (Caixa Geral de Depósitos, S.A.).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2011 a 2014 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais relativamente aos exercícios acima indicados não terão um efeito significativo para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Hu Land

9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	And the state and the state and the	=====
	308.326	120.440
. Outros	29.335	24.744
. Petrogal	52.271	1.696
. Galp Energia	226.720	94.000
Clientes, conta corrente:		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui 226.720 euros e 94.000 euros, respetivamente, relativos às comissões de gestão de conta do participante daqueles exercícios que, nos termos do contrato de gestão do Fundo Galp Energia, são debitadas diretamente ao Associado.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u> 2013</u>
Acréscimos de proveitos:		
Comissões de gestão a receber:		
. Fundo CGD	493.881	391.499
. Fundo Caixa Reforma Prudente	342.694	86.913
. Fundo Caixa Reforma Activa	198.690	112.129
. Fundo SCML	90.907	119.367
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	72.539	67.622
. Fundo Caixa Reforma Valor	34.822	19.773
. Fundo Galp Energia	33.476	17.023
. Fundo Império – Bonança	30.654	26.121
. Fundo Fidelidade	25.847	25.521
. Fundo Petrogal	25.000	25.000
. Fundo PIR Fidelidade	15.152	165
. Fundo Euronext Lisbon	11.730	5.592
. Fundo Mundial – Confiança	8.972	9.164
. Fundo INE	6.572	6.171
. Fundo Impresa Publishing e Associadas	5.577	5.676
. Fundo CMVM	3.733	3.360
. Fundo Interbolsa	3.067	2.519
. Fundo Gestnave	2.106	2.054
. Fundo STET	1.475	359
. Fundo Ramos Pinto	1.013	-
. Fundo CPR	119	128
. Fundo ICP – Anacom	-	3.411
	1.408.026	929.567
Juros de depósitos bancários a receber	10	59
Outros acréscimos de proveitos	-	14
	1.408.036	929.640
	कर पात कर कर कर कर की देश की पात पात कर की	

9.640

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros devedores: . Adiantamentos a colaboradores . Outros	11.539 5	10.034 3
1.4	419.580	939.677
==	=====	=====

11. DIFERIMENTOS - ATIVO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica respeita a prémios de seguros.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente detidas pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A..

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas legais, resultados transitados e resultado líquido do exercício apresentam a seguinte composição:

	2.132.459	1.674.712
Resultado líquido do exercício	1.347.183	889.435
Reservas legais	785.276	785.277
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

Reservas legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Na sequência de deliberação da Assembleia Geral realizada em 11 de abril de 2014, a Sociedade distribuiu dividendos por aplicação do resultado do exercício de 2013, no montante de 889.435 euros.

Na sequência de deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de março de 2013, a Sociedade distribuiu dividendos por aplicação do resultado do exercício de 2012, no montante de 606.765 euros.

Ju Jah

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores, conta corrente:		
. CGD	328.916	228.120
. Towers Watson	15.000	15.000
. Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)	-	26.317
. Outros	24.921	16.543

	368.837	285.980
Fornecedores de imobilizado:		
. Caixa Leasing e Factoring (Caixa LF)	159	410
	368.996	286.390

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "CGD" inclui as comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos "Fundo Caixa Reforma Activa", "Fundo Caixa Reforma Valor" e Fundo Caixa Reforma Prudente" relativas ao último trimestre de 2014 e ao segundo semestre de 2013, respetivamente, já faturadas e ainda não pagas, nos montantes de 313.874 euros e 212.946 euros, respetivamente.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Acréscimos de custos:		
. Comissões de assessoria financeira	146.826	204.834
. Estudos atuariais	71.859	63.310
. Taxa a pagar à ASF	70.693	28.578
. Encargos com o pessoal	68.947	62.698
. Encargos com auditoria	52.890	52.890
. Publicidade	-	61.700
. Outros acréscimos de custos	23.483	12.035
	434.698	486.045
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Comissões de assessoria financeira" refere-se às comissões do último trimestre de 2014 a liquidar à Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Caixagest) nos termos do contrato celebrado pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *back office*, controlo de risco e avaliação de performance (comissões dos dois últimos trimestres de 2013 em 31 de dezembro de 2013).

15. RÉDITO - SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade por serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresenta a seguinte composição:

Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões: 1.669.508 1.466.975 Fundo CGD 1.060.508 1.466.975 Fundo Caixa Reforma Prudente 980.093 270.006 Fundo Caixa Reforma Activa 676.574 484.766 Fundo Caixa Reforma Valor 133.331 87.347 Fundo SCML 114.084 123.912 Fundo Petrogal 100.000 100.000 Fundo Petrogal 100.000 100.000 Fundo Petrogal 100.000 100.000 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 81.547 76.779 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial - Confiança 35.017 37.236 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.668 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo CMYM 13.502 12.273 Fundo CMYM 13.502 12.273 Fundo CMYM 13.502 12.273 <td< th=""><th></th><th>2014</th><th>2013</th></td<>		2014	2013
Fundo CGD	Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões:		
Fundo Caixa Reforma Activa 676.574 464.766 Fundo Galp Energia 292.795 188.027 Fundo Caixa Reforma Valor 133.331 87.347 Fundo SCML 114.084 123.912 Fundo Império - Bonança 104.6858 114.483 Fundo Petrogal 100.000 100.000 Fundo Fidelidade 84.990 93.652 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial - Confiança 35.017 37.236 Fundo IMPE 27.041 24.875 Fundo IMP Endelidade 22.155 22.620 Fundo IMP Endelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial - Confiança 35.017 37.236 Fundo IMP Endelidade 22.167 22.620 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.165 Fundo Endelidade 23.1458 14.768 Fundo Euronext Lisbon 13.502 12.273 Fundo Enderida 38.017 32.36 Fundo Enderida 8.088 8.060 Fundo Enderida		1.669.508	1.466.975
Fundo Galp Energia 292.795 168.027 Fundo Caixa Reforma Valor 133.331 87.347 Fundo SCML 114.084 123.912 Fundo Império – Bonança 104.858 114.483 Fundo Petrogal 100.000 100.000 Fundo Fidelidade 84.990 93.652 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial – Confiança 35.017 37.236 Fundo INE 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.788 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Cera taxer 4.444 1.492 Fundo Caixa Reforma Pinto 1.013 - Fundo Chartis 21 56 </td <td>. Fundo Caixa Reforma Prudente</td> <td>980.093</td> <td>270.006</td>	. Fundo Caixa Reforma Prudente	980.093	270.006
Fundo Caixa Reforma Valor 133.331 87.347 Fundo SCML 114.084 123.947 Fundo Império – Bonança 104.858 114.483 Fundo Petrogal 100.000 100.000 Fundo Fidelidade 84.990 93.652 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 81.547 76.779 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial – Confiança 35.017 37.236 Fundo INE 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo CP - Anacom 10.079 15.256 Fundo CP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnawe 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.992 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo Cammos Pinto 1.013 - Fundo Cammos Pinto 2.57 2.277 Comissões de depósito - Fundo CPR 21	. Fundo Caixa Reforma Activa	676.574	464.766
Fundo Caixa Reforma Valor	. Fundo Galp Energia	292.795	168.027
Fundo Império – Bonança 104.858 114.483 Fundo Petrogal 100.000 100.000 Fundo Fidelidade 84.990 93.652 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 81.547 76.779 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial – Confiança 35.017 37.236 Fundo INE 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo ICP - Anacom 10.079 15.256 Fundo IcP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Interbolsa 6.928 8.088 8.060 Fundo Barros Pinto 1.013 - Fundo Camos Pinto 1.013 - Fundo Chartis 2 2.777 Fundo Chartis 2 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de respate: - 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Act		133.331	87.347
Fundo Petrogal 100.000 100.000 Fundo Cidelidade 84.990 93.652 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 81.547 76.779 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial – Confiança 35.017 37.236 Fundo IME 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.668 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo CPP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - - 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: - - 2.77 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa	. Fundo SCML	114.084	123.912
Fundo Fidelidade 84.990 93.652 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 81.547 76.779 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial - Confiança 35.017 37.238 Fundo INE 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo CDP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis 2 2.777 Fundo Chartis 2 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: 2 2.777 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 <td>. Fundo Império – Bonança</td> <td>104.858</td> <td>114.483</td>	. Fundo Império – Bonança	104.858	114.483
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 81.547 76.779 Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial – Confiança 35.017 37.236 Fundo INE 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo CHVM 13.502 12.273 Fundo CP- Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo S.T.E.T. 1.464 1.482 Fundo CPR 455 523 Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 4.444.991 3.114.556 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: - 2.777 4.444.991 3.114.556 Comissões de subscrição: - 2.327 2.253 56 Comissões de resgate: - Fundo Caixa Reforma Prudente 2.597 3.047 Fundo Caixa Reforma Activa <td< td=""><td>Fundo Petrogal</td><td>100.000</td><td>100.000</td></td<>	Fundo Petrogal	100.000	100.000
Fundo PIR Fidelidade 59.811 2.747 Fundo Mundial – Confiança 35.017 37.236 Fundo IME 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo CDP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo ST.E.T. 1.464 1.492 Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis 2 2.777 Fundo Chartis 2 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: 2 2.77 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Valor 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 9.06 605	. Fundo Fidelidade	84.990	93.652
Fundo Mundial – Confiança 35.017 37.236 Fundo INE 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo ICP - Anacom 10.079 15.256 Fundo ICP - Anacom 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.992 Fundo Interbolsa 6.928 5.992 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 Fundo Chartis - 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição: - 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Valor 2.597 3.047 Comissões de resgate: - - 2.597 3.047 Comissõ	. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	81.547	76.779
Fundo INE 27.041 24.875 Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.625 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo ICP - Anacom 13.502 12.273 Fundo ICP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo Samos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 4.444.991 3.114.556 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: - 2.777 Comissões de subscrição: - 2.327 2.553 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.553 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605	. Fundo PIR Fidelidade	59.811	2.747
Fundo Impresa Publishing e Associadas 22.155 22.620 Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo ICP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo S.T.E.T. 1.464 1.492 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: - 2.777 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Valor 2.597 3.047 Comissões de resgate: - 2.597 3.047 Comissões de resgate: - - 1.539 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reform	. Fundo Mundial – Confiança	35.017	37.236
Fundo Euronext Lisbon 21.658 14.768 Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo ICP - Anacom 10.079 15.256 Fundo ICP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo S.T.E.T. 1.464 1.492 Fundo CPR 455 523 Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis 2 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: 3.114.556 Comissões de subscrição: - 2.277 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Fundo Caixa Ref	. Fundo INE	27.041	24.875
Fundo CMVM 13.502 12.273 Fundo ICP - Anacom 10.079 15.266 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo S.T.E.T. 1.464 1.492 Fundo CPR 455 523 Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: - 2.50 2.50 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - <tr< td=""><td>. Fundo Impresa Publishing e Associadas</td><td>22.155</td><td>22.620</td></tr<>	. Fundo Impresa Publishing e Associadas	22.155	22.620
Fundo ICP - Anacom 10.079 15.256 Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo S.T.E.T. 1.464 1.492 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis 2.777 - Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: - 2.777 Comissões de subscrição: - - Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Eundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 Fundo Caixa Reforma Prudente 629	. Fundo Euronext Lisbon	21.658	14.768
Fundo Gestnave 8.088 8.060 Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo S.T.E.T. 1.464 1.492 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartís - 2.777 Tundo Chartís - 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição: - 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	. Fundo CMVM	13.502	12.273
Fundo Interbolsa 6.928 5.982 Fundo S.T.E.T. 1.464 1.492 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 4.444.991 3.114.556 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de subscrição: - - Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Prudente 629	. Fundo ICP - Anacom	10.079	15.256
Fundo S.T.E.T. 1.464 1.492 Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição: - - Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Comissões de transferência: - 19.094 2.144 Comissões de transferência: - 1.170 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Retiva 15 2.01	. Fundo Gestnave	8.088	8.060
Fundo Ramos Pinto 1.013 - Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 4.444.991 3.114.556 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição: - - Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Comissões de resgate: - - 3.047 Comissões de resgate: - - - - 3.047 Comissões de resgate: -	. Fundo Interbolsa	6.928	5.982
Fundo CPR 455 523 Fundo Chartis - 2.777 4.444.991 3.114.556 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição: - - Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Comissões de resgate: - 2.597 3.047 Comissões de resgate: - - - 68 Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 -	. Fundo S.T.E.T.	1.464	1.492
Fundo Chartis - 2.777 4.444.991 3.114.556 Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição:	. Fundo Ramos Pinto	1.013	-
Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissões de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição:	. Fundo CPR	455	
Comissões de depósito - Fundo CPR 21 56 Comissão de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição:	. Fundo Chartis	-	2.777
Comissão de performance - Fundo SCML 60.570 86.623 Comissões de subscrição:		4.444.991	3.114.556
Comissões de subscrição: . Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 . Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 . Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Comissões de resgate: . Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 . Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 . Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Comissões de transferência: - 1.170 - . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - . Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 . Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313	Comissões de depósito - Fundo CPR	21	56
Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Comissões de resgate: Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Comissões de transferência: 1.170 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 Fundo Caixa Reforma Valor - 313 Fundo Caixa Reforma Valor - 313	Comissão de performance - Fundo SCML	60.570	86.623
Fundo Caixa Reforma Prudente 2.327 2.253 Fundo Caixa Reforma Activa 203 726 Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 Comissões de resgate: Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Comissões de transferência: 1.170 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 Fundo Caixa Reforma Valor - 313 Fundo Caixa Reforma Valor - 313	Comissões de subscrição:		
Fundo Caixa Reforma Valor 67 68 2.597 3.047 Comissões de resgate: Fundo Caixa Reforma Prudente Fundo Caixa Reforma Activa Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 Fundo Caixa Reforma Valor 113 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Comissões de transferência: Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 Fundo Caixa Reforma Valor - 313 Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594		2.327	2.253
2.597 3.047 Comissões de resgate: . Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 . Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 . Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Comissões de transferência: . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - . Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 . Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313	. Fundo Caixa Reforma Activa	203	726
Comissões de resgate: . Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 . Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 . Fundo Caixa Reforma Valor 113 - Comissões de transferência: 19.094 2.144 Comissões de transferência: - - . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - . Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 . Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313	. Fundo Caixa Reforma Valor	67	68
Fundo Caixa Reforma Prudente 16.289 1.539 Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - 19.094 2.144 Comissões de transferência: - - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594	· ·	2.597	3.047
. Fundo Caixa Reforma Activa 1.786 - . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 . Fundo Caixa Reforma Valor 113 - 19.094 2.144 Comissões de transferência: - - . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - . Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 . Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594	Comissões de resgate:		
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 906 605 Fundo Caixa Reforma Valor 113 - 19.094 2.144 Comissões de transferência: - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594	. Fundo Caixa Reforma Prudente	16.289	1.539
Fundo Caixa Reforma Valor 113 - 19.094 2.144 Comissões de transferência: - Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594	. Fundo Caixa Reforma Activa	1.786	-
Comissões de transferência: 19.094 2.144 . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - . Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 . Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594	. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	906	605
Comissões de transferência: . Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - . Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 . Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594	. Fundo Caixa Reforma Valor	113	_
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 1.170 - . Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 . Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594		19.094	2.144
. Fundo Caixa Reforma Prudente 629 2.071 . Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594	Comissões de transferência:		
. Fundo Caixa Reforma Activa 15 210 . Fundo Caixa Reforma Valor - 313 1.814 2.594	. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	1.170	<u></u>
. Fundo Caixa Reforma Valor - 313	. Fundo Caixa Reforma Prudente	629	
1.814 2.594	. Fundo Caixa Reforma Activa	15	
	. Fundo Caixa Reforma Valor		
0.704			
	Outros	6.784	1.552
4.535.871 3.210.572	,	4.535.871	3.210.572

Ju d

J. Sh.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões – Fundo SCML" inclui 50.852 euros e 54.413 euros, respetivamente, relativos à comissão de líder de gestão paga à Sociedade. Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua atividade de líder na gestão do património do Fundo. Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, esta comissão é calculada trimestralmente sobre o valor de mercado da carteira do Fundo gerida pela Sociedade Gestora no final de cada trimestre. Para este efeito, o valor de mercado da carteira é equiparado ao valor do Fundo no final de cada trimestre.

A comissão aplicável varia da seguinte forma:

Valor do Fundo	Comissão anual	
Até 50.000.000 Euros	0,075%	
Superior a 50.000.000 Euros	0,050%	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Comissão de performance – Fundo SCML" corresponde à comissão de performance cobrada ao Fundo SCML. Esta comissão corresponde a 20% da diferença entre a rentabilidade da carteira gerida pela Sociedade e a rentabilidade do *benchmark* em 31 de dezembro de cada ano, com um máximo correspondente ao dobro da comissão anual fixa.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendas e alugueres:		
. CGD (Nota 25.4)	33.355	32.462
. Outras entidades	24.447	18.582
Comissões de comercialização (Notas 13 e 25.4)	932.565	400.339
Comissões de assessoria financeira (Notas 14 e 25.4)	526.573	406.689
Trabalhos especializados:		
. Estudos atuariais	193.228	203.721
. Remunerações pagas à Caixagest (Nota 25.4)	46.362	18.071
. Informática	43.591	31.604
. Remunerações pagas à CGD (Nota 25.4)	316	27.088
. Outros trabalhos especializados	14.200	-
Honorários	79.751	
Auditoria	68.567	65.505
Comunicação	19.863	13.149
Consultoria	15.830	54.647
Publicidade	11.358	112.269
Eletricidade e água	7.505	
Limpeza, higiene e segurança	3.720	
Deslocações e estadas	3.244	2.703
Outros fornecimentos e serviços externos	19.940	15.864
	2.044.415	1.453.621
		======

A rubrica "Comissões de assessoria financeira" refere-se aos custos incorridos com o contrato celebrado em 1 de abril de 2008 com a Caixagest, pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de back

4

() 39,

office, controlo de risco e avaliação de performance. A remuneração mínima anual da Caixagest resulta da aplicação de uma taxa nominal anual de 0,02% sobre o valor médio dos ativos sob gestão da Sociedade (a média é calculada com base no valor de mercado das carteiras no último dia de cada mês). Adicionalmente, se forem cumpridos determinados requisitos é cobrada uma comissão de performance. Em 2014 e 2013, a comissão de performance ascendeu a 101.198 euros e 76.460 euros, respetivamente.

A rubrica "Estudos atuariais" refere-se aos honorários da Fidelidade e da Towers Watson pela prestação de servicos de avaliação atuarial dos Fundos de pensões geridos pela Sociedade, nos montantes de 151.878 euros e 41.350 euros, respetivamente (165.171 euros e 38.550 euros, respetivamente, em 2013). A Fidelidade e a Towers Watson são responsáveis pelas avaliações atuariais mensais dos Fundos de pensões de benefício definido e contribuição definida, respetivamente.

Nos exercícios de 2014 e 2013, as remunerações pagas à Caixagest referem-se ao salário de um colaborador desta entidade que se encontra a desempenhar funções na CGD Pensões.

Nos exercícios de 2014 e 2013, as remunerações pagas à CGD referem-se ao salário de um colaborador desta entidade que se encontrava a desempenhar funções na CGD Pensões.

A redução ocorrida em 2014 na rubrica "Publicidade" está relacionada com a redução das campanhas realizadas junto da rede comercial da CGD para a comercialização dos Fundos Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Valor e Caixa Reforma Prudente, que foram realizadas essencialmente durante o exercício de 2013.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações dos empregados	305.365	299.434
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 25.2)	160.429	111.047
Encargos sobre remunerações	91.579	77.694
Contribuições para Fundos de pensões (Nota 23)	3.512	3.541
Seguros de saúde	9.983	7.608
Cedência de pessoal	(163.365)	(87.780)
Outros	30.827	27.534
	438.330	439.078

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, eram 12 os colaboradores da Sociedade. Nas mesmas datas, considerando esses colaboradores assim como os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo CGD e excluindo os colaboradores cedidos a outras empresas do Grupo CGD, a Sociedade tinha ao seu serviço 8 e 7 colaboradores, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Cedência de pessoal" refere-se à cedência de 3 colaboradores à Caixagest, 2 colaboradores à Fundger e 1 colaborador ao Caixa Bl. nos montantes de 90.253 euros, 56.760 euros e 16.352 euros, respetivamente. De referir que a cedência do colaborador ao Caixa BI cessou antes do final do exercício de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Cedência de pessoal" refere-se à cedência de 4 colaboradores à Caixagest, 1 colaborador à Fundger e 1 colaborador ao Caixa Bl, nos montantes de 54.828 euros, 18.749 euros e 14.203 euros, respetivamente.

Ju J- OM

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Alienação de unidades de participação (Nota 7) Outros	4.266 1.077	4.581 255
	40.40.40.40.40.40.40	
	5.343	4.836
	====	====

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	=====	=====
	153.947	42.328
Outros	5.778	890
Quotizações	10.950	10.900
Impostos	137.219	30.538
	407.040	00.500
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

O saldo da rubrica de "Impostos" refere-se, essencialmente, às taxas pagas e a pagar à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, as quais corresponderam a 0,048% sobre as contribuições efetuadas em 2014 e 2013 para alguns dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 3.9).

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Juros obtidos:		
. Depósitos à ordem em instituições de crédito	829	630
Outros rendimentos similares:		
. Rendimentos de unidades de participação (Nota 7)	12.695	2.500
. Outros	13	57

	12.708	2.557
	13.537	3.187
	=====	====

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica refere-se a juros de contratos de locação financeira.

5 Q D 37

22. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica refere-se aos valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo CGD	2.136.365.184	1.712.206.016
Fundo Caixa Reforma Prudente	316.788.384	– . –
Fundo Petrogal	304.127.231	
Fundo Caixa Reforma Activa	81.814.081	45.679.898
Fundo Império – Bonança	70.940.879	70.660.688
Fundo Fidelidade	56.402.838	55.573.443
Fundo Galp Energia	45.138.421	23.675.948
Fundo SCML	42.442.707	45.932.047
Fundo Mundial - Confiança	22.186.386	23.208.913
Fundo PIR Fidelidade	20.393.720	20.120.562
Fundo Caixa Reforma Valor	16.129.554	9.772.030
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	14.689.855	13.173.641
Fundo Euronext Lisbon	11.106.560	8.781.397
Fundo CMVM	11.081.544	10.132.795
Fundo INE	5.823.432	5.299.845
Fundo Gestnave	5.731.319	6.076.023
Fundo Impresa Publishing e Associadas	5.166.260	5.156.951
Fundo Interbolsa	4.273.908	3.779.252
Fundo CPR	481.105	509.599
Fundo STET	375.222	387.858
Fundo Ramos Pinto	68.195	67.481
Fundo ICP – Anacom	-	4.059.917
Fundo Chartis (em liquidação no final de 2013)	<u>.</u>	372.180
	3.171.526.785	2.464.432.117
	=========	

O Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Garantida 2022 ("Fundo") foi constituído em 19 de março de 2007, por tempo determinado, tendo como objetivo garantir o financiamento de Planos de Pensões.

Nos termos do regulamento de gestão do Fundo, no dia 21 de março de 2022, é garantido por cada contribuição realizada para o Fundo até ao dia 18 de março de 2022, o valor base de 5 euros por unidade de participação, acrescido de uma rentabilidade mínima de 30% sobre esse valor de cotação base, a qual pode ainda ser acrescida em 50% da maior valorização acumulada, apurada no dia 19 de Março de cada ano, do índice acionista DJ eurostoxx 50, desde a data de constituição do Fundo até essa data.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes das subscrições, o Fundo celebrou contratos de venda a prazo com a Sucursal de Londres da CGD, mediante os quais, a 21 de marco de 2022, o Fundo entrega à Sucursal de Londres da CGD os seus ativos, representados por strips de obrigações do tesouro espanhol, belga, francês e italiano e recebe um montante equivalente ao capital investido inicialmente, acrescido da rentabilidade garantida aos Participantes.

Adicionalmente, nos termos do regulamento de gestão, caso se venha a revelar necessário, a Sociedade procederá à aquisição de unidades de participação a favor dos Participantes em causa, no montante que permita igualar o valor garantido em 21 de março de 2022.

Nos termos previstos na legislação em vigor, é possível aos Participantes subscreverem ou solicitarem o reembolso das unidades de participação do Fundo, para além do período de subscrição inicial. Nestas circunstâncias, poderão ser cobradas comissões de subscrição ou reembolso até uma percentagem máxima de 10% sobre o valor de subscrição ou de reembolso. revertendo a favor da Sociedade.

A partir de 21 de março de 2022, nos termos do regulamento de gestão, a política de investimento do Fundo será alterada, podendo incluir obrigações de taxa fixa e de taxa variável, ações, imobiliário, investimentos alternativos, produtos derivados e instrumentos do mercado monetário para gestão de tesouraria com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

Em 27 de dezembro de 2013, a Sociedade Gestora procedeu à extinção do Fundo de Pensões Chartis Europe Portugal por transferência para a adesão coletiva nº 17 do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente dos seus depósitos à ordem no montante total de 372.180 euros. Nos termos do referido contrato de adesão coletiva celebrado entre a Sociedade Gestora e a AIG Europe — Sucursal em Portugal (AIG) o valor de reembolso ou de transferência (antes de tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) de cada unidade de participação que se encontre afeta a contas individuais de participantes e que resulte de contribuições da AIG, nos termos previstos no Plano de Pensões, terá, no mínimo, que ser igual ao respetivo valor de aquisição (garantia de capital), devendo a Sociedade Gestora complementar o produto do reembolso ou transferência com o montante necessário para assegurar o cumprimento da garantia de capital. Ficam no entanto expressamente excluídas desta garantia as unidades de participação resultantes de contribuições dos Participantes e as unidades de participação que, resultando de contribuições do Associado, se encontrem afetas à sua conta residual prevista no ponto 13 do artigo 16º do Plano de Pensões. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor das unidades de participação era superior ao seu valor de subscrição.

Em 14 de agosto de 2014, a Sociedade procedeu à transferência da gestão financeira e administrativa do Fundo de Pensões ICP – Anacom para a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A..

23. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objetivo o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores / participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, à data da reforma com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade que se encontravam em funções à data do contrato, bem como aqueles admitidos em data posterior que tenham completado um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respetiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da Segurança Social por velhice.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescida dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões fica totalmente a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição inicial a favor de cada participante é calculada da seguinte forma:

2% * N * remuneração mensal * 12

N corresponde ao tempo de serviço.

A contribuição trimestral é calculada da seguinte forma:

2% * remuneração mensal * 3

A Sociedade poderá ainda, sempre que entender, efetuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Sociedade efetuou contribuições nos montantes de 3.512 euros e 3.541 euros, respetivamente (Nota 17).

40/4

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação dos seguintes fundos de pensões abertos:

		ero de participação	Valor de mercado		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	
Fundo Caixa Reforma Valor Fundo Caixa Reforma Activa Fundo Caixa Reforma Prudente	5.739 1.514 947	5.342 1.438 774	33.295 19.571 5.569	29.790 17.834 4.470	
	8.200	7.554	58.435	52.094	

24. <u>RESULTADO POR AÇÃO</u>

O resultado básico por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi determinado conforme segue:

Total Ministration of State Control of the Control	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido do exercício	1.347.183	889.435
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	600.000	600.000
Resultado básico por ação	2,25	1,48
	===	===

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

25. PARTES RELACIONADAS

25.1 Identificação dos acionistas

A empresa é integralmente detida pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Acionista), sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na Caixa Geral de Depósitos, S.A., ambas com sede na Avenida João XXI, em Lisboa.

25.2 Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria

Dr. Henrique Pereira Melo

Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Dra. Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

Dr. José João Castro Avelar Froes

Nos exercícios de 2014 e 2013, as remunerações dos membros do Conselho de Administração ascenderam a 160.429 euros e 111.047 euros, respetivamente (Nota 17).

Ju J- O

40

Conforme deliberado pelo Acionista, em 2014 e 2013 os membros do Conselho de Administração não têm direito a qualquer remuneração variável.

25.3 <u>Órgão de fiscalização</u>

Os honorários da Deloitte e Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade, para os exercícios de 2014 e 2013 ascenderam a 44.250 euros e 43.000 euros, respetivamente, excluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado. Para além da revisão legal das contas anuais da Sociedade, estes honorários englobam a auditoria externa contratual às demonstrações financeiras dos fundos de pensões geridos pela Sociedade, bem como o exame simplificado dos elementos financeiros e estatísticos da Sociedade.

25.4 Saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas para além dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, todas as entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Sociedade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2014					
	CGD	Fundger	Caixagest	Caixa LF	Caixa BI	Total
Ativo:						
Depósitos à ordem (Nota 4)	156.332	-	-	-	-	156.332
Outros ativos financeiros (Nota 7)	-	-	3.659.742	-	-	3.659.742
Outras contas a receber	10	9.796	15.079	.	770	25.655
	156.342	9.796	3.674.821	-	770	3.841.729
Passivo:						
Fornecedores, conta corrente (Nota 13)	328.916	-	20.151	-	-	349.067
Fornecedores de imobilizado (Nota 13)	_	-	-	159	-	159
Outras contas a pagar (Nota 14)	16.677	-	146.826	-		163.503
	345.593	-	166.977	159	-	512.729
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	1.025.208	_	572.935	-	-	1.598.143
Custos com pessoal (Nota 17)	141.053	(56.761)	(24.804)	-	(16.352)	43.136
Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	-	-	-	4	+	4
-	1.166.261	(56.761)	548.131	4	(16.352)	1.641.283
Proveitos e ganhos:						
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	829		_			829

				2013			
	CGD	Fundger	Caixagest	Caixa LF	Caixa Seguros *	Caixa BI	Total
Ativo:							
Depósitos à ordem (Nota 4)	346.484	•	-	-		-	346.484
Outros ativos financeiros (Nota 7)		-	3.235.683	-		-	3.235.683
Outras contas a receber	59	4.468	12.785		2.529	2.805	22.646
	346.543	4.468	3.248.468	-	2.529	2.805	3.604.813
Passivo:							
Fornecedores, conta corrente (Nota 13)	228.120	-	1.912	-	26.317	-	256.349
Fornecedores de imobilizado (Nota 13)	-	-	-	410	-	-	410
Outras contas a pagar (Nota 14)	615		204.834	-	11.990		217.439
	228.735	-	206.746	410	38.307	-	474.198
Custos e perdas:							
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	494.169	-	424.760		165.171	-	1.084.100
Custos com pessoal (Nota 17)	141.914	(18.749)	(54.828)		-	(14.203)	54.134
Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	-			2	-		2
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	636.083	(18.749)	369.932	2	165.171	(14.203)	1.138.236
Proveitos e ganhos:							· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Serviços prestados (Nota 15)	-	-		-	579	-	579
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	630	-	-	-		-	630
•	630		-	-	579	-	1.209

 ^{*} Inclui as seguintes entidades: Fidelidade, Companhia Portuguesa de Resseguros, Cares, Multicare e Via Directa.

4

1

2 RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

2.1 AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A CGD Pensões, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas no Decreto-Lei 133/2013, conforme se descreve na presente grelha de avaliação.

Principios	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no Relatório
	Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objetivos e políticas, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido	2.2
	Elaborar planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido	2.2
	Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental;	Cumprido Parcialmente	2.9
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	Adoção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido	2.3
	Reporte de informação anual à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo);	Cumprido	2.8
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido	2.3
	Obrigação de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal;	Cumprido	2.3

Ju

42/

Principios	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no Relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	Obrigação de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1 milhão de euros);	Cumprido	2.3
	Conduzir com integridade todos os negócios da empresa, não podendo praticar despesas confidenciais ou não documentadas	Cumprido	2.3
	Ter ou aderir a um código de ética (que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	2.3
	Nº de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo sector; O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras);	Não aplicável Cumprido	2.5
Estruturas de Administração e	Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros do órgão de fiscalização;	Não aplicável	
Fiscalização	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do Órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Não aplicável	
To you do not not not not not not not not not no	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido	2.7

b' ()

J/J/13

Principios	Recomendações	Grau de Cumprimento ⁽¹⁾	Referências no Relatório
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização	Não aplicável	
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração; Divulgação anual das remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido	2.6
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido	2.6
Prevenção de conflitos de	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse; Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido	2.5
interesses	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido	2.5
	Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa; Disponibilizar para divulgação no sitio das empresas do Estado, de forma clara, relevante e atualizada, toda a informação antes enunciada, a	Cumprido	2.8
Divulgação de informação	informação financeira histórica e atual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais;	Cumprido	2.8
relevante	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG);	Cumprido	2.3
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar;	Cumprido	2.10

⁽¹⁾ Grau de cumprimento - cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

Hu

a A 1

RELATÓRIO E CONTAS 2014

2.2 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da captação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento:
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projeto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e catação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

Missão, Objetivos e Políticas

A missão da Sociedade é ser reconhecida pelos clientes (internos e externos), como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços e produtos para a reforma. Tendo por base esta missão, o objetivo é a concretização das aspirações financeiras dos clientes, proporcionando-lhes performance de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo. Para tal a Sociedade tenta captar as melhores pessoas no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores os meios e ferramentas que permitam a excelência nas suas funções. A Sociedade e os seus colaboradores desenvolvem a sua atividade e funções no respeito por elevados princípios éticos e deontológicos, orientando a sua prática pelos valores definidos no Código de Conduta, documento que consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob orientações advogadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD).

A estratégia só terá sucesso se as atividades da empresa forem desenvolvidas em estreita cooperação com a CGD, que acumula papéis de acionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos da Sociedade.

Os objetivos estratégicos da Sociedade assentam grande parte do seu esforço na:

- Dinamização da oferta dos seus produtos e serviços, ajustando-a às necessidades dos clientes e à conjuntura registada nos mercados financeiros;
- Adequação das propostas de valor na gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços apresentados aos seus clientes;
- Dotação de ferramentas de informação e tecnologia, de gestão e controlo do risco necessárias na execução da atividade.

Com estes objetivos a Sociedade pretende atingir a liderança em montante sob gestão em fundos de pensões, procurando também desta forma concretizar as aspirações financeiras dos clientes.

Plano de Atividades

A Sociedade desenvolve, anualmente, um processo de planeamento para as diversas áreas de negócio, de forma integrada com a estrutura de planeamento do grupo CGD, realizando uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados o plano de atividades anual face aos objetivos traçados.

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade, produzido internamente pela Área de Orçamento e Controlo de Gestão e pela Direção de Controlo e Planeamento da CGD.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida pela sociedade.

2.3 PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

Toda a atividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respetivo.

Neste contexto, a Sociedade adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

Regulamentos Externos

A atividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes dos Estatutos da Sociedade.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, na sua atual redação, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99 de 13 de Novembro, na sua atual redação e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua atividade, é de realçar ainda o Decreto-lei n.º 12/2006 de 20 de Janeiro que institui o Regime Jurídico dos Fundos de Pensões.

Destaca-se, também, a aplicação à sociedade da lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, e do Regulamento EU n.º 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Regulamento Interno e Código de Conduta

A Sociedade dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa. O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, atuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional,

cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às atividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

Normas de Natureza Fiscal

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direção da Sociedade, a Direção Administrativa e Financeira e a Direção de Backoffice Imobiliário asseguram o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

Normas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e corrução

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade atua em estrita colaboração com os bancos depositários com quem opera.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para deteção de situações suscetíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrução é crime subjacente.

Não obstante este fato, a Sociedade tem presente os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e procedeu em 2010 à formação dos seus colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respetiva comunicação às autoridades competentes é a Direção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da Caixa.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas, relacionadas com o crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

Normas de concorrência e de proteção do consumidor

As práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de atuação que não põem em causa as linhas de ação da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

Normas de natureza ambiental

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua atividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vetores de atuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela ação interna — assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias — como pela atuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vetores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando ações que ambicionam diminuir o impacte ambiental decorrente quer dos seus impactos diretos, quer dos indiretos.

Dr

争

Normas de índole laboral

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Coletivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e aos diversos Regulamentos Internos que dispõem o modo de acesso a diversos benefícios extracontratuais.

Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

O efetivo na Sociedade apresentou em 2014 uma distribuição equitativa por sexos (54% feminino e 46% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato.

Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna baseada numa política de facilidade nas transferências de acordo com os interesses pessoais dos colaboradores;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores.

Valorização profissional dos colaboradores

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2014, registaram-se diversas participações em ações de formação sobre diversas temáticas da área comportamental - 'gestão de conflitps', 'care for clients' e 'neuroliderança' – bem como ações de formação específicas à atividade, participações em cursos de informática e presenças em conferências, colóquios e seminários.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, podem requerer uma comparticipação nos custos de formação.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade também oferece aos seus colaboradores condições especiais para a aquisição de equipamento informático.

Au /

2.4 TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Transações relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transações com empresas do Grupo destacam-se, como sendo as mais relevantes, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2014, as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com a CGD:

Valores en	n milhares de euro
Ativos	
Disponibilidades em instituições de crédito	156
Proveitos	
Juros e rendimentos similares	1
Custos	
Comissões	937

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado, sendo consultados, em regra, dois fornecedores por produto;
- Seleção de fornecedores com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços de forma escrita, através de troca de correspondência ou contrato formal.

Universo de transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Locação operacional: com a Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual em 2014 foram os seguintes: CGD (46%), Caixagest (24%) e Fidelidade (7%).

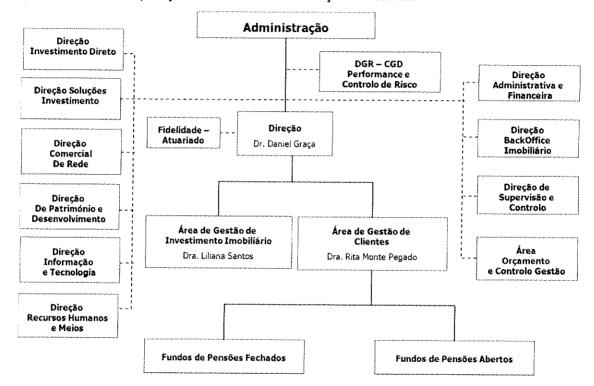
49

RELATÓRIO E CONTAS 2014

2.5 MODELO SOCIETÁRIO

Modelo de Governo

A Sociedade é detida na totalidade pela holding Caixa Gestão de Ativos, SGPS SA, a qual é detida a 100% pela Caixa Geral de Depósitos. O acionista único da Caixa Geral de Depósitos é o Estado Português. A Sociedade dispõe de uma organização que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias. Esta estrutura contempla a segregação de funções, assente na separação entre as diferentes funções existentes:



Com a integração na holding, a sociedade gestora veio beneficiar dos vastos recursos técnicos e humanos afetos à gestão de ativos, mediante o aproveitamento de estruturas comuns às várias empresas da holding. Na Sociedade, são diretamente asseguradas todas as funções "core" da atividade de constituição e gestão de fundos de pensões, nomeadamente, constituição, alteração e extinção de fundos de pensões fechados e abertos; celebração de adesões coletivas e adesões individuais; elaboração dos relatórios de gestão e reuniões periódicas com os clientes; gestão do investimento imobiliário direto e indireto existente nas diferentes carteiras sob gestão. A Sociedade é composta por 11 elementos, sendo a responsável a Dr.ª Marta Magalhães.

A Sociedade, através da subcontratação de serviços, passou a utilizar as equipas integradas transversais a toda a gestão de ativos: Função Investimento (Direção de Investimento Direto – DID, e Direção Soluções de Investimento – DSI); Função Administrativa (Direção Administrativa e Financeira – DAF e Direção de Backoffice Imobiliário - DBI); Função Comercial (Direção de Clientes Negócio - DCN); Função Compliance (Direção de Supervisão e Controlo - DSC); Função de Suporte (Direção de Recursos Humanos e Meios – DRHm, e Direção de Informação e Tecnologia - DIT); Função de Auditoria Interna (AICG); e Função Avaliação de Performance e Controle de Risco (Direção de Gestão de Risco – DGR - estrutura da Caixa Geral de Depósitos formalmente independente da holding da gestão de ativos).

Em termos da função atuarial, também subcontratou os serviços a três entidades externas, dispondo, atualmente, de três atuários responsáveis.

Hu

4

Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2013/2015

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelos seguintes membros:

Presidente Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Secretário Dr. Hernâni da Costa Loureiro

Secretário Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A composição do Conselho de Administração para o mandato atual é a seguinte:

Presidente Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Vice-Presidente Dr. Henrique Pereira Melo

Vogal Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Vogal Dr.ª Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

Vogal Sr. José João Castro Avelar Froes

Os Srs. Administradores João Eduardo de Noronha Gamito Faria e Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães apresentaram a renúncia ao cargo de Presidente, com efeitos a partir de 31 de Março de 2015.

Durante o exercício de 2014 o Conselho de Administração teve 3 reuniões.

O **Fiscal Único** é a Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira e o suplente o Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

A composição da **Comissão de Vencimentos** nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Sociedade é a seguinte:

Membro Dr. Vitor José Lilaia da Silva

Membro Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Os curriculum vitae dos membros da mesa da Assembleia Geral e dos orgãos de administração e de fiscalização estão apresentados no Anexo I ao presente relatório.

Prevenção de conflitos de interesses

A organização e gestão das atividades de intermediação financeira são realizadas para que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração (CA) e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

- Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.
- Interdição de uso direto ou indireto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício nem as facilitar a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao

b.

segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da atividade de intermediação financeira.

- Observância, em todas as suas atuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.
- Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Setor Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do artº 414 nºs 5 e 6 do CSC

2.6 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Política de Remunerações dos membros dos orgãos de administração e de fiscalização

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os Objetivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos Administradores com pelouros, sendo os custos suportados pelas empresas participadas.

As remunerações dos membros dos orgãos de administração e de fiscalização encontram-se espelhadas no Anexo II ao presente relatório.

2.7 SISTEMA DE CONTROLO

Sistema de Controlo Interno

A Sociedade dispõe de um Sistema de Controlo Interno que assegura o cumprimento da legislação e regulamentação, e onde se evidenciam as deficiências que a Sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista as eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Sistema de Controlo de Proteção dos Investimentos

A Sociedade tem assegurado um sistema de gestão dos principais riscos a que os fundos estão sujeitos, através do acompanhamento contínuo da evolução da *performance* e de indicadores de risco, encontrando-se concluído um sistema mais abrangente, tendo em linha de conta as novas normas regulamentares publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A Unidade de Controlo de Risco e Análise de Performance (UCR) que depende da DGR – CGD é responsável pela análise dos resultados obtidos nas diferentes carteiras dos fundos em termos de rentabilidade e de risco, comparando-os com os objetivos de investimento.

2.8 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

Divulgação de informação no sítio da empresa

O sítio da sociedade inclui na sua arquitetura de informação, uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante ao Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do estado, aprovados pela resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março.

Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, encontra-se também disponível para consulta no site da sociedade.

2.9 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade económica, social e ambiental

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível ambiental destaca-se o Programa Caixa Carbono Zero 2010, programa estratégico da CGD para as Alterações Climáticas que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas atividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, Clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

2.10 NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

Provedor do cliente

O provedor do cliente para os participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões abertos é o Dr. Francisco Medeiros Cordeiro, sendo nomeado pela APFIPP em nome das suas associadas.

a gh

RELATÓRIO E CONTAS 2014

ANEXO I - CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 7/2/2008. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger, SGFII e da CGD Pensões, SGFP e vice presidente da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001).

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (2008-2011). Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundição de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração em 01/06/2006. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrupo CSP, Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Ativos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundger, da Império Bonança e da Sogrupo SI, do Banco Caixa Geral Totta Angola, do Banco Nacional de Investimento (Moçambique). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

Luis Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 22/3/2004. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Ativos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros do ISTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest (desde 2002) e da CGD Pensões (desde 2004). Administrador da Fundger (2009-2013). Diretor de Gestão de Ativos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Ativos Financeiros, SGFIM e da Mello Ativos Financeiros SGP. Diretor de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Diretor de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Diretor de Research da Caixagest., Subdiretor da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

4

Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Diretora da CGD Pensões (desde 1999). Diretora-Adjunta do Departamento Financeiro do BNU (1993-1999). Diretora da Sofin-Dealers (1990-1993); Diretora-Adjunta do Departamento de Mercado de Capitais do Lloyds Bank, em Lisboa (1988-1990). Chefe do Serviço de Títulos do Banco Português do Atlântico (1986-1988). Técnica do Departamento de Planeamento Estatística e Contabilidade do Banco Português do Atlântico (1984-1986).

Data de nascimento: 29 de Julho de 1954

José João Castro Avelar Froes

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 30/4/2013. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Diretor Coordenador da Caixagest (2013); Diretor de Operações da Fundger (2010-2012); Diretor Comercial da Caixagest (1995-2009); Quadro da Caixagest (desde 1989); Técnico do Departamento de Operações da Fiseco - Sociedade Gestora de Patrimónios (1988-1989); Técnico do Departamento de Operações da Soinvest - Consultores e Gestão (1987-1988).

Data de nascimento: 2 de Julho de 1961

Mesa da Assembleia Geral

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em 30/4/2013. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão e Pós-Graduação, PMD, na Harvard Business School. Registrado na Securities and Futures Authority

Vice-presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (desde 2013); Presidente da Gerbanca, SGPS, S.A., da Parbanca, SGPS, S.A., da Partang, SGPS, S.A., do Banco Caixa Geral Brasil, do Banco Caixa Geral Totta de Angola, do BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. - Macau e do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações (desde 2013); Vogal do Conselho de Administração da CGD (2011-2013); Administrador da Locarent e Presidente da Caixa Leasing e Factoring (2012); Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. Moçambique (2011); Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa - Gestão imobiliária,S.A e do Caixa Imobiliário, S.A. (2011); Cofundador e CEO Grupo ASK - Advisory Services Kapital (2007-2011); CEO da Orey Financial (2005-2006); Diretor-Coordenador do Banif Investment Bank (2001-2004); Vice-Presidente da Banif Ascor (2000-2001); Diretor do Banco de Negócios da Argentária (1998-2000); Administrador da Titulo - Sociedade Corretora (1996-1998); Responsável pelos Mercados de Capitais da Europa do Sul na Carnegie London (1994-1996); Diretor de Vendas e Negociação da Carnegie Portugal (1992-1994); Sales/Trader da BCI Valores (1991-1992); Corretor na Pedro Caldeira Sociedade Corretora SA. (1990-1991).

Data de nascimento: 2 de Novembro de 1968

RELATÓRIO E CONTAS 2014

Hernâni da Costa Loureiro

Primeira designação para o cargo de Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Consultor Jurídico da Associação Portuguesa de Bancos (desde 2006). Diretor na Caixa Geral de Depósitos (1986 -2005).

Data de Nascimento: 28 de Dezembro de 1944

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Gestão de Ativos, Caixa-Imobiliário, Caixagest, Caixanet, Caixatec, Fundger, Gestinsua, Imocaixa, Sanjimo e Vale do Lobo. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Gerbanca, Parbanca, Sogrupo IV e Yunit Serviços. Secretário da Mesa da Assembleia Geral de A Promotora, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Caixa BI, Caixa Participações, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Garantia, Locarent, Sogrupo Compras, Sogrupo SI e TF Turismo Fundos. Membro da Comissão de Vencimentos da Cares, Multicare, Sogrupo Compras, Sogrupo IV e TF Turismo Fundos. Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral Totta Angola. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980), exercendo funções diretivas desde 2005. Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

Fiscal Único

Deloitte & Associados, SROC, representada pelo João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 02/1/2012. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa em 1994. Revisor Oficial de Contas desde Janeiro de 2002.

Iniciou a sua carreira profissional em 1994, tendo sido nomeado Manager em 1998 e partner em 2006. Exerce a atividade de auditoria, essencialmente em bancos, companhias de seguros e outras entidades financeiras, nomeadamente gestoras de fundos e sociedades gestoras de participações sociais do grupo CGD e de outros grupos financeiros portugueses.

Data de nascimento: 2 de Maio de 1973

Comissão de Vencimentos

Vitor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 22/3/2004. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Am

56

Licenciado em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Administrador do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Membro do Conselho de Administração da Caixa Participações SGPS, da Gerbanca SGPS, da Parbanca SGPS e da Parcaixa SGPS. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sogrupo CSP, da Sogrupo SI e da Sogrupo IV GI. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Caixa Geral de Depósitos Culturgest. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur, da Promotora, da Garantia e do BCA. Vogal da Comissão de Vencimentos da Locarent, do Banco Interatlântico, do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa Banco de Investimento, da Caixa Gestão de Ativos, da Caixa Imobiliário, da Caixa Capital, da Caixa Desenvolvimento, da Caixa Leasing e Fatoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundger, da Imocaixa, da Margueira, da Multicare, da OMIClear, da Sogrupo CSP, da Sogrupo SI, da Sogrupo IV GI e da Vale do Lobo - Resort Turístico de Luxo. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 30/3/2007. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Pós-Graduação em Marketing Bancário pelo Instituto de Formação Bancária.

Presidente Conselho de Administração da HPP International Ireland Limited e da HPP International-Lux, SARL (desde 2007). Vogal do Conselho de Administração da Parbanca, SGPS, SA (desde Dez/2012) e da Caixa Participações SGPS, SA (desde Dez/2013). Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico (desde 2011). Membro da Comissão de Vencimentos da Caixatec - Tecnologias de Comunicação (desde 2007) e da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, Sa (desde Abr/2013). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1988).

Data de nascimento: 17 de Novembro de 1959

ANEXO II - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃO SOCIAIS

Conselho de Administração

A Administradora da Sociedade recebeu em 2014 as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

	Administrador Dr.ª Marta Magalhães	Administrador Sr. José João Froes
Remunerações		
Remuneração mensal (1)	7.358,64	7.167,40
Remuneração anual recebida	103.020,96	102.424,75
Outras regalias e compensações	ত । সংগ্ৰহ প্ৰতি ই কিন্তু কৰি কৰিছে কৰ বিশ্ব বিশ্ব বিশ্র বিশ্ব ব	
Gastos anuais em comunicações móveis	997,85	1.081,22
Subsídio anual de refeição	2.797,20	2.763,90
Outras (2)	246,40	923,30
Encargos com benefícios Sociais	i filozofia a la constitución de Mantagoria de America (1946 e 1941). El meno	e die network jesk produktion and make in bestelling in die sit is
Regime de Proteção Social (anual)	29.466,55	30.108,34
Parque Automóvel		e de aprilie de la companie de la proposición de la companie de la companie de la companie de la companie de l La companie de la co
Valor de renda anual da viatura de serviço	8.206,44	7.649,45
Valor da renda média mensal de 2014	683,87	637,45
Ano de Início do contrato atual	2011	2013
Valor anual do combustível com a viatura		
Informações Adicionais	na in en	
Regime de Proteção Social	CGA	Seg.Social
Funções remuneradas fora do grupo	Não	Não

⁽¹⁾ As remunerações dos membros do Conselho de Administração acima identificadas refletem já as reduções remuneratórias de 5% e 10% do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de junho e do artigo 20º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como as reduções decorrentes da aplicação do Estatuto do Gestor Público.

Nos termos do art.º 24º da Lei 55-A/2010 não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos orgãos de gestão nos anos 2010 a 2014.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Deloitte & Associados, SROC SA, Revisor de Contas e Fiscal Único da Sociedade, para os exercícios 2014 e 2013 ascenderam a 42.750 euros, por ano, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Para além da revisão legal das contas da sociedade, estes honorários englobam a auditoria externa contratual às demonstrações financeiras dos fundos.

Ju 2 / 1

RELATÓRIO E CONTAS 2014

⁽²⁾ Subsídio Infantil e de Estudo

3 RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objetivos de Gestão

O Estado Português, através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentor da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A.. Para o exercício de 2014, não foram estabelecidas orientações nem objetivos de gestão, previstos no art.º 11º do DL 300/2007, de 23 de agosto.

Deveres Especiais de Informação à DGTF e à IGF

A Sociedade cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio, relativo designadamente ao reporte e à Inspeção Geral de Finanças (IGF) através do envio de informação regular para o Sistema de Informação das Participações do Estado (SIPART).

Divulgação dos atrasos nos Pagamentos

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2013, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

Nível das Remunerações

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

Durante o ano de 2014 a remuneração dos trabalhadores foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no orçamento do Estado.

Aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da Sociedade não utilizam cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

Relativamente ao n.º 2 do referido artigo, não existem despesas de representação pessoal.

Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos do valor superior a 5 milhões de euros.

XY`_

Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada através do Sogrupo Compras e Serviços Partilhados - Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento de SCSP empresa e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais. A atividade do SCSP é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas.

Parque de Veículos do Estado

Não é aplicável à Sociedade, contudo inserida na estratégia global de redução de custos, a Sociedade tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca a promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu, em 2014, numa redução dos plafonds de atribuição viaturas superior a 20%.

Princípio de Igualdade do Género

O efetivo da Sociedade apresentou em 2014 uma distribuição equitativa por sexos (54% feminino e 46% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

Redução do Número de Efetivos e de cargos Dirigentes

Não foram definidos objetivos de redução de pessoal para a Sociedade.

Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Orientesãos	Cu	mprir	nento	Quantificação
Orientações	s	N	N.A.	
Objetivos de gestão			Х	não aplicável
Deveres especiais de informação à DGTF e à IGF	X			
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	X			
Recomendações do acionista - diligências e resultados obtidos	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		Х	não aplicável
Nível das remunerações:	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
· Orgãos Sociais - Estatuto do Gestor Público (AEGP)	X			
· Não atribuição de prémios de gestão	X	1		
Normas de contratação pública			Х	não aplicável
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X	não aplicável
Parque de veículos do Estado			Х	não aplicável
Princípio de igualdade do género	X			
Plano de redução de custos:				
· Gastos com Pessoal	X			
· Gastos Gerais Administrativos	X	1	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Redução do número de efetivos	i s		X	não aplicável

RELATÓRIO E CONTAS 2014 61

-					
CGD PENSÕES -	C	O	ta =	J. D	~ *
	Sociedade	Capsingar	TE FIIDAGE	de Penende	

4 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E CONTAS 2014 62

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A. Inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha Praça Duque de Saldanha, 1 - 6° 1050-094 Lisboa Portugal

Tei: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 www.deioitte.p1

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de 6.416.055 euros e um capital próprio de 5.132.459 euros, incluindo um resultado líquido de 1.347.183 euros, as Demonstrações de Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Deloitte

Página 2 de 2

Deloitte & Associados, SROC S.A inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Ênfase

5. Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade tem registadas na rubrica "Outros ativos financeiros" unidades de participação de um fundo de investimento imobiliário (Fundo), cujo valor de balanço ascende a 484.957 euros (Nota 7). O último relatório de auditoria disponível, referente às demonstrações financeiras do Fundo do exercício de 2014, inclui uma reserva por desacordo quanto ao valor de realização dos imóveis que detinha em carteira, atendendo à conjuntura do País com reflexos significativos no mercado imobiliário, ao facto de se destinarem ao sector de logística e distribuição e ao fato de as avaliações não incluírem a premissa de venda dos imóveis no curto prazo, apesar de estar prevista a liquidação do Fundo para o dia 6 de julho de 2015. Na valorização das referidas unidades de participação, a Sociedade utilizou o valor patrimonial do Fundo divulgado com referência a 30 de novembro de 2014, considerando o Conselho de Administração que eventuais ajustamentos resultantes da situação acima referida não teriam um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2014.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de março de 2015

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira



Deloitte & Associados, SROC S.A. Inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha Praça Duque de Saldanha, 1 - 6° 1050-094 Lisboa Portugal

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2014, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de março de 2015

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira